

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

ESTA COIMBRA ...

— ALGUNS APONTAMENTOS PARA UMA PALESTRA —

Amo as gentes e as terras à minha maneira: de coração aberto, olhos nos olhos, retinas presas na paisagem, e bem atento o juízo valorativo, não vá a correcta atitude psicológica descair em sentimentalismos piegas ou descambar em ridículos surtos românticos — que uns e outros são agentes corrosivos do prestígio emocional dos seres ou do torrão amado. Deste jeito — e se *amar é conhecer* —, amo a esta Coimbra, berço meu, de um amor reflectido e sereno, amor que me vem da meditada interpretação plástico-geográfica da paisagem, do que sei do evoluir do aglomerado urbano no curso das idades, da admiração pela actividade fecunda dos seus filhos, da inteligência do que tem sido o contributo da cidade para a vida colectiva da Grei.

Tenho bem presente que se forjou de Coimbra uma visão convencional que implica sempre não sei que cenário falseado, que rouxinóis; não sei que vulto esguio de tricana, que outros motivos de igual dolência — voluptuosa caricatura traçada pela sensualidade de observadores apressados e superficiais... Cada um vê com seus olhos, cada qual sente conforme a sua vida psíquica, cada homem cria as suas paisagens interiores — e eu, nesta minha condição humana, também trago comigo uma visão de Coimbra, imagem que bem difere daquela outra cantada por lânguidos trovadores, mas que me parece ser a da Coimbra que importa amar, seja conhecer.

Essa Coimbra...

*

Se de qualquer miradouro além-rio — do Vale do Inferno ou do balcão fronteiro ao convento de Santa Clara-a-Nova — quedarmos, por uma tarde doirada, olhando a cidade e a paisagem envolvente, não será fácil que nos furtemos à fascinação que mana da harmonia plástica definida pelas linhas essenciais do quadro geográfico. Mas não haverá nessa fascinação nem assombro, nem vertigem, antes um tranquilo encantamento, justo reflexo

emocional da traça calma do cenário, do subtil ritmo de uma paisagem de transições suaves nos planos e delicado esbatido na sinfonia cromática.

Se volvermos os olhos à nossa mão direita, veremos no último plano da paisagem, lá para os quadrantes de leste, o perfil alteroso da serrania da Lousã; mais cerca, a fechar o horizonte a nordeste, recortam-se no céu as cumiadas das serras do Buçaco e do Dianteiro — e aquém desse rebordo montanhoso, violentamente mordido pela erosão torrencial, desenvolvem-se cordas de colinas de pequena altura que dão movimento à topografia, não deixando que o relevo se apague. E por entre essas colinas, algumas de íngremes vertentes e coroadas pela mancha verde-escura do pinhal, o Mondego avança a serpear, descrevendo em larga curva meandros de crescimento. E a deslizar bucólico, espelhando nas águas remansas cortinas de choupos e renques de sinceirais, o rio, marginado por *ínsuas* de milho e pomares de laranjeiras que se dilatam no sopé de encostas ataviadas pelo verde prateado dos olivais, vem passar rente à cidade, abrindo caminho nas areias doiradas que lhe entulham o álveo, embutido já na extremidade montante da planura aluvial insinuada entre as colinas. E, correndo num vale progressivamente mais amplo, o rio vai ao encontro dos seus *campos*, cujas tranquilas perspectivas adivinhamos num recanto além-Choupal, se lançarmos a vista para a esquerda.

Eis aí os traços essenciais do quadro natural de Coimbra.

Convirá sublinhar que tão diversos elementos topográficos — o rebordo montanhoso do planalto beirão, as colinas que se lhe seguem para ocidente, o vestíbulo de uma planície aluvial, um amplo vale de rio — apesar da sua heterogeneidade concorrem, não obstante, para a singular perfeição plástica da paisagem: é que entre a planície e os relevos do rebordo montanhoso, as colinas, ásperas, sim, no pormenor, mas de forma adoçadas no conjunto, estão harmoniosamente dispostas, esbatendo a violência dos contrastes. Mas para que seja mais perfeita a inteligência do cenário importa evocar a luz que o valoriza — essa luz de límpida doçura que, filtrada pela atmosfera húmida, arranca tons inesperados à cor das pedras e matiza suavemente os verdes do mundo vegetal, imprime na paisagem uma sugestão mediterrânea, aliás prenunciada já pelos laranjais e pelas inúmeras oliveiras. E o panorama é ainda valorizado por uma gama cromática que vai da cor arroxeadada das serranias que servem de pano de fundo a leste aos tons ouro-velho dos calcários citadinos e à *sanguínea* dos arenitos vermelhos predominantes nas colinas a nascente da cidade. E, desde os longes, a policromia do quadro é enriquecida por toda uma teoria de verdes e ainda pelas manchas alvejantes de cal das casas e quintas dispersas a meia-encosta ou nas terras de várzea — e, sobranceira à fita argêntea do rio, a risonha perspectiva do velho burgo



FIG. 1 — Arredores de Coimbra — Portela. Aspecto do rebordo montanhoso do planalto da Beira.

Foto do Major-aviador Humberto Pais.

Extraído de A. Fernandes Martins, *O Esforço do Homem na Bacia do Mondego.*

alçado na colina é, sob a luz maravilhosa do céu de Coimbra, uma pincelada feliz nesta paisagem de grande beleza.

Neste quadro tranquilo há um factor de perturbação e esse é o regime torrencial do Mondego: se na estiagem o caudal não excede por vezes 1^{m3}, chega todavia a atingir mais de 3 000 a quando de grandes cheias, sendo o caudal de águas médias, correspondente à altura de 1,10 m. na escala hidrométrica da ponte de Santa Clara, avaliado em 50^{m3}. Acontece por isso que durante grande parte do ano o rio leva pouca água, reduzindo-se no verão a alguns filetes que só a custo rompem por entre as areias; mas nos meses de inverno o Mondego sobe até aos 2 m. na escala hidrométrica daquela ponte — e fala-se então de *enchente* — quando não ultrapassa os 3 ou 4 m., e indo mesmo até mais de 6 — e diz-se então que há *cheia* —. Este regime está intimamente relacionado com as condições de relevo da bacia superior do rio e também com a desarborização desta; mas a causa primeira há que discerni-la nas influências mediterrâneas acusadas pelo clima: verão seco, longa estiagem, chuvas de inverno que se prolongam até meados da primavera. Cheias súbitas — tal a dos fins de 1927, quando, junto de Coimbra, as águas do rio subiram de 1,45 m. para 5,30 durante a noite de 22-23 de Dezembro — são determinadas pela passagem de depressões barométricas que provocam chuvas muito intensas e concentradas.

Ora o assoreamento do campo de Coimbra, assoreamento que aliás se faz sentir na mesma área da cidade, deve-se em grande escala ao regime torrencial do rio e tanto mais quanto a carga sólida transportada por este aumentou consideravelmente desde que, mormente a partir do século XIV, grandes tractos de terreno foram conquistados para a cultura no interior da bacia por devastação das brenhas do planalto beirão e derrote do revestimento florestal das montanhas.

E por seu regime torrencial, o Mondego, que tanto contribui para o encanto plástico da paisagem coimbrã, tem modificado a pouco e pouco a fisionomia da zona ribeirinha da cidade e seus subúrbios. Assim quando às portas de Coimbra foi escolhido na margem direita, a montante da ponte, o terreno onde seria edificado o convento de S. Domingos «*o rio naquella idade corria fundo e alcantilado*»¹ — mas, «*sendo corridos tresentos anos da fundação, vierão a ser tam grandes as enchentes do Mondego, que acontecia de inverno estar o Convento muitos dias feito ilha, e posto em cerco; seguirão anos invernosos, continuarão, e crecerão as agoas com novo mal, que foy trazerem consigo*

¹ Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, livro 3, cap. 1.



FIG. 2 — Arredores de Coimbra. Aspecto da planície aluvial, a jusante da cidade.

Foto de Fernandes Martins.

Extraído de A. Fernandes Martins, *O Esforço
do Homem na Bacia do Mondego.*

*grande poder de areas, e cegarem com ellas a madre do rio, de maneyra que donde antes corria tão fundo, que o sitio do Convento lhe ficava sobranceiro, e senhor, veyo a igualar a corrente ordinaria com elle, e a força da água começou a lançar as areas por cima das mais altas margens, senhoreando-se do campo, e entupindo cerca e oficinas»*¹.

E dos fins do século XVI há documento do qual consta que «do caez da dita cidade (Coimbra) entrarã tanto as agoas das ditas cheas pelos arrabalde dela que chegarão o ano de 82 ao terreiro de Santa Cruz, alagando muitas casas» — e como tal sucedia frequentemente, e porque com as águas vinham também as areias, resultou daí o progressivo alçamento do solo na zona baixa da cidade, alçamento testemunhado bem claramente pelo facto de o pavimento da igreja de Santa Cruz estar hoje abaixo do nível da praça que lhe fica fronteira, ao passo que naquele século XVI era preciso subir quatro degraus para se entrar no templo²; alçamento testemunhado ainda pela sorte da igreja de Santa Justa-a-Antiga, a qual, reedificada no Terreiro da Erva quando decorria a primeira metade do séc. XII e restaurada no séc. XIV, veio a ter quase toda a fábrica soterrada pelas aluviões³. E seja dito que na actualidade não é invulgar acontecer que, por ocasião de grandes cheias, fiquem algumas das ruas da *Baixa* e do bairro de além-rio transformadas em canais...

*

Se ao considerarmos a Coimbra dos nossos dias quisermos esboçar uma explicação racional da génese e da evolução do aglomerado urbano, urgirá que busquemos quais as circunstâncias de ordem topográfica que terão levado os fundadores à eleição do *sítio* e quais as condições naturais estimulantes do ulterior progresso do núcleo de povoamento inicial.

Ora, se de um mirante como o do Vale do Inferno desfrutamos magnífica visão de Coimbra e apreendemos algo da *posição* da cidade no quadro geográfico, um outro miradouro, que exactamente por estar a cota mais baixa — como aquele da Guarda Inglesa — restrinja o campo de vista, permite

¹ Frei Luís de Sousa, *op. e loc. cit.*

² *Crónica dos Cônegos Regrantes*, 2.^a parte.

³ E em frente da cidade, além-rio, no arrabalde de Santa Clara, três conventos foram subvertidos pelas aluviões: os de Sant'Ana e de São Francisco e o primitivo mosteiro clarista. Os dois primeiros, começados a construir respectivamente em 1174 e 1247, tiveram de ser abandonados, e tais foram os estragos produzidos pelas cheias e assoreamento que nada resta hoje desses monumentos. Pelo que respeita ao mosteiro de Santa Clara-a-Velha mais de um terço do seu elegante alçado gótico está sepultado nas aluviões.

que a nossos olhos avulte o *sítio* do velho burgo, ou seja a colina coroada no tope pelos edificios da Universidade.

As características topográficas do *sítio*, relevantes a ponto de ressaltarem bem nítidas apesar do casario que as mascara, eram garantia de segurança às necessidades da defesa e, por tal, suficientemente aliciantes para quem, nos tempos coevos da fundação do burgo, houvesse de escolher lugar seguro onde instalar um núcleo de povoamento.

Com efeito, o morro calcário da cidade desliga-se, no estreito colo dos Arcos do Jardim, das cordas de colinas e nesgas planálticas que, talhadas nos arenitos vermelhos, demoram a es-nordeste; e erguendo-se mais e mais acima de profundos valeiros escavados também nos arenitos e que divergem daquele colo, rasgado um nos terrenos onde viriam a frondejar o Jardim Botânico e sua Mata, inscrito o outro nas terras que foram de Santa Cruz ¹, a colina urbana está como que isolada, cortadas as vertentes em precipitosa descida, a coroa arrogantemente sobranceira ao vale do Mondego.

E se na excelência táctica desta topografia mais quisermos fazer sobressair as características de um *ninho de águias*, recordemos uma outra linha de córrego que, no descair do morro para ocidente e incisa como cutilada na ossatura da colina, sai do Marco da Feira e, seguindo pelo Rego de Água em direcção à rua das Covas, ganha declive cada vez mais rápido, para se despenhar por Quebra-Costas a caminho da Porta de Almedina. Ora esse córrego de ladeirantas vertentes, seccionando a colina, deu aso a que se formassem dois dorsos convergentes na zona do destruído castelo medieval — e desses tergos o mais altaneiro é o de meridião, aquele onde assenta a Universidade e que tem seu fastígio, hoje ligeiramente rebaixado, na avenida rasgada em frente do Paço das Escolas ². E neste dorso meridional, a coroa de suficiente circuito e grosseiramente aplanada, erguendo-se acima de alcantis talhados em redor na rocha viva, deverá ter surgido como um *sítio* de eleição aos olhos dos homens que fundaram o burgo — e lá encontrou assento o

¹ O fundo deste valeiro, porque condicionou a abertura da rua de Rui Olímpio Nicolau Fernandes e da avenida de Sá da Bandeira, é em nossos dias uma importante artéria na circulação urbana.

² Para que se avalie do abrupto das vertentes daquele córrego inscrito na colina da cidade, lembremos a título de exemplo quão declivosas são as ruas do Norte e do Cabido.

Pelo que respeita ao dorso setentrional, a cumieira desce ligeiramente desde a zona do Castelo até à rua da Matemática, lugar onde começa a queda brusca do festo.

Seja dito que todas as linhas essenciais da topografia citadina já foram patenteadas pelo distinto arqueólogo Sr. Padre A. Nogueira Gonçalves na valiosa *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra* (Publicações da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra), 1944.



FIG. 3 — O *sítio* de Coimbra: a colina de íngremes vertentes que se ergue sobranceira ao rio.

Foto Tabacaria Nilo.

Extraído de A. Fernandes Martins, *Le Centre Littoral et le Massif Calcaire d'Estremadura*.

núcleo primordial, lá germinaria obscuramente a póvoa que o dobar dos séculos transformaria no actual aglomerado urbano. Os fundadores buscavam o lugar seguro, um refúgio de fácil defesa mas que não ficasse distante dos campos férteis — e o morro de íngremes vertentes serviu aos seus desígnios.

E se, ao evocarmos a remotíssima povoação alcandorada, meditamos nas afinidades meridionais da paisagem e consideramos a situação da colina calcária à beira de um rio que, saindo das montanhas, vai correr na planície, logo ocorre viva a reminiscência dos lugares fortificados das velhas civilizações mediterrâneas — seja a *acrópole* helénica ou o *oppidum* italiota — que sempre ocuparam nos cimos rochosos similares posições dominantes¹.

Convirá, porém, reter desde já que, se as excelências do *sítio* bem justificam a instalação de um *núcleo* de povoamento, não oferecem todavia a necessária e suficiente explicação do ulterior desenvolvimento do aglomerado; mas se, guardada a lição da topografia local, formos permeáveis às sugestões do quadro geográfico regional, logo sobressairá como a par das relevantes condições do *sítio* concorrem vantagens de *posição* que, desde a origem, terão contribuído para fazer do burgo conimbricense um nó da circulação dos homens, das ideias e das mercadorias.

Com efeito, se pelo que respeita às comunicações no sentido leste-oeste o vale do Mondego — quando não o próprio curso de água² — franqueia uma passagem insinuada no rebordo montanhoso do planalto beirão, essa via natural atingia no subúrbio ribeirinho da povoação alcandorada o seu principal entreposto. Reparemos porém que a importância dessa estação advinha não só da circunstância de estar localizada no limiar da planície, logo na zona de contacto das terras altas do interior com as terras baixas litorais, mas também por ser lá que, a fugir dos ásperos relevos erguidos a

¹ A altitude máxima não excede 99 m. — que tal é a maior cota do dorso meridional, cerca do Paço das Escolas; todavia, esse dorso ergue-se abrupto a mais de 70 m. acima da zona baixa rente ao rio.

² Estrabão na sua *Geografia*, escrita nos fins do séc. I a.C. e ligeiramente retocada cerca do ano 18 da nossa era, referiu-se — no liv. III, cap. 3.º, § 4.º — à navegabilidade do Mundas (Mondego), embora anotasse que estava limitada a um curto tramo — e com efeito o limite montante do tráfego fluvial fica na Foz-Dão, a 85 km do mar.

Quanto à penetração por via terrestre ao longo de vales, notemos que não só o vale do Mondego mas também o do Ceira facilita as comunicações com a região interior. A provar, lembremos que já em tempos modernos o vale do Ceira orientou o traçado de um troço da *Estrada da Beira* e mais recentemente apontou a directriz de um tramo do ramal ferroviário da Lousã.

montante do *sítio* do *oppidum* e a evitar os alagadiços da região litoral, um velho caminho ibérico cruzaria o Mondego, aproveitando as facilidades de um vau estreito e seguro¹. Ora, como é no Baixo-Mondego que, sobre o litoral, o Portugal do Norte encontra o Portugal do Sul, assim como é na região de Coimbra que se tornam mais fáceis as relações das terras da Beira Alta com os planos adjacentes à orla marítima, estas circunstâncias, conjugadas com essas outras condições naturais favoráveis que fazem de Coimbra um centro polarizador da circulação, concorrem para que o velho burgo, fruindo as vantagens de estar situado na zona de transição de regiões bem diversas e, por isso, de aptidão económica diferente, seja de longa data um mercado de certa importância e, paralelamente, um ponto de passagem de grande movimento. E não apenas ponto de passagem, mas lugar de paragem, porquanto num cruzamento de vias é banal que o fluxo do tráfego mude de sentido e substitua os meios de transporte — e daí um tempo de pausa na progressão.

Ora, todas as circunstâncias que deixamos consideradas permitem-nos concluir que a *posição* do burgo na encruzilhada dos caminhos — a via fluvial, ou a que estaria subordinada ao vale do rio, e a via terrestre norte-sul — era, e continuaria a ser, tanto do ponto de vista militar, como do ponto de vista económico, eminentemente estratégica: o *oppidum* ficava sobranceiro ao nó da circulação — a vigiá-lo quando em tempos tormentosos de luta, a fruir-lhe os benefícios, estimulantes do progresso, quando pacífica decorria a vida social.

Antes de prosseguir, importará fazer necessária advertência: o que fica dito sobre um provável núcleo de povoamento pré-romano alcandorado na colina da *Alta*, é apenas hipótese não confirmada por qualquer achado de espólio arqueológico coevo².

Porém, e apesar de faltarem os necessários testemunhos arqueológicos, seja dito que as características impressionantes do *sítio* e da *posição*; o precoce desenvolvimento da *civitas* luso-romana que no mesmo lugar teve seus caboucos; o nome indígena da povoação — *Aeminium* — conservado nas

¹ E tão flagrantes eram as vantagens da situação desse vau que para o traçado das pontes, suas successoras no progresso vial, não seria escolhido outro lugar.

² «Nunca, nas escavações realizadas no sub-solo conimbricense, se descobriram objectos de metal, de barro ou de osso, que possam classificar-se como pertencentes à segunda idade do ferro, período durante o qual a civilização dos lusitanos floresceu.» Cf. Vergílio Correia, *Eminio-Coimbra. A importância de Coimbra na época romana*, in *Obras-I-Coimbra* (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1946, pág. 38.

obras dos escritores romanos imperiais¹ e ainda a designação de *oppidum* aposta por Plínio — tudo são argumentos a favor da existência de um núcleo de povoamento anterior à chegada das gentes do Lácio²; e a não ser assim, torna-se difícil compreender como terá passado despercebida dos Lusitanos, tão destros guerrilheiros, a excelência do lugar, nem se entende a razão que levou os Romanos a crismar com topónimo celta um povoado de sua fundação, quando o mais natural seria escolher um nome na língua que era deles. Posto isto, não será ousado admitir que um *oppidum* lusitano pré-existente serviu de casco à *civitas* luso-romana, a qual, herdeira do *sítio*, conservou igualmente como seu apelativo o topónimo consagrado pelas gerações anteriores.

Mas será com os Romanos que a cidade entra efectivamente na história — e a esse povo tenaz e organizador deve Coimbra a primeira fase de grande progresso, muito embora o burgo fosse apenas nesse tempo um satélite de Conimbriga, a ridente versão luso-romana de austero *oppidum* lusitano³.

Sabido como persistem no fluir das idades as directrizes das vias de comunicação⁴, não é difícil aceitar que a via legionária Olissipo-Bracara Augusta tenha decalcado algum velho caminho ibérico que, junto de Emínio, vadeasse o Mondego. O avanço técnico do Romano substituiu a passagem a vau por uma ponte, e este acidente da circulação veio a ter fecundas conse-

¹ Plínio, in *Historia Naturalis*, liv. IV, cap. 21, escrita no séc. I, alude ao *oppidum Aeminium*; e no *Itinerarium* de Antonino, espécie de roteiro utilitário, Emínio figura como estação vial na estrada militar Olissipo-Bracara Augusta (Lisboa-Braga).

Aeminium é voz celta romanizada. Os Lusitanos, que terão fundado o provável *oppidum* pré-romano, não eram celtas, antes parecem ser um grupo étnico de estirpe ibérica; todavia a sua cultura, e mormente a língua, acusam nítidas influências célticas.

² «Para alguns autores, porém, o próprio nome de Coimbra na época romana, *Aeminium*, indica que a povoação teve origem indígena, o que se afigura lógico, em vista da importância do núcleo urbano subsequente.» Cf. Vergílio Correia, *Coimbra pré-histórica e romana*, in *Obras-I-Coimbra* (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1946, pág. 11.

«*Oppidum* lusitano chama Borges de Figueiredo a *Aeminium*. Cidade de altura, cercada de muros, certamente que foi, e lusitana, porque colocada na Lusitânia, mas que tivesse sido habitada pelos lusitanos históricos, pré-romanos não pode garantir-se embora seja admissível. (...) É possível portanto que o lugar já fosse habitado antes da época romana.» Cf. Vergílio Correia *Emínio-Coimbra. A importância de Coimbra na época romana*, já cit., pág. 38.

³ Conimbriga, de origem lusitana como o atestam a terminação *briga* e o espólio arqueológico, está situada ao sul de Coimbra, nas proximidades de Condeixa-a-Velha. Foi na época imperial a cidade mais importante da região.

⁴ Com efeito, em Portugal, os caminhos medievais mantiveram a directriz das vias romanas; as estradas do século XVIII também se não afastaram muito desse traçado, e as estradas nossas contemporâneas, com variantes de somenos, continuam o decalque.

quências no desenvolvimento posterior do *oppidum* que lhe ficava sobranceiro. De facto, Emínio — não só porque vigiava essa passagem crítica da estrada militar, mas ainda porque beneficiava da circunstância de a ponte polarizar a corrente do tráfego no cruzamento de caminhos anteriormente referido — não tardou a transformar-se num autêntico centro urbano em função da sua real importância como estação vial.

E sob a égide da *Pax Romana*, garantida a segurança pessoal e assegurada a tranquila fruição dos bens, o burgo, atraído pelo rio e pela estrada, extravasou da colina, um arrabalde urbano cresceu na zona ribeirinha a debruçar com suas casas a via militar naquele tramo de que resta ainda hoje reminiscência vocálica no topónimo *Calçada*. E no correr dos tempos, do séc. I aos princípios do séc. V, Emínio, formigando de gente, cada vez mais engrandecida, revestiria aspecto monumental como o testemunham os restos de colunas e de templos, os fragmentos de estátuas, as fortes arcarias de suporte ao terreiro artificial do Paço do Bispo (Museu de Machado de Castro), terreiro que, na sedutora sugestão do malogrado Prof. Dr. Vergílio Correia, teria sido o *forum* da *civitas*. Para abastecimento de águas foi construído um aqueduto, cuja directriz seria séculos depois decalcada pelo aqueduto quinhentista de S. Sebastião (*Arcos do Jardim*); e buscando satisfazer os anseios de convivência amável e de diversão, os cidadãos eminienses edificaram um balneário ao fundo da encosta de Montarroio e, muito provavelmente, um circo de corridas, recinto que a traça da actual Praça Velha parece ainda denunciar.

E como índice claro de urbanismo e do florescer da consciência cívica nesta terra de Emínio, registemos que os habitantes, homenageando o imperador Constâncio Cloro, levantaram nos princípios do século IV um monumento, cuja inscrição votiva reza assim:

AT AVCMENTVM
REIPVB NATO DI
LECTOQVE PRIN
CIPI D N FLAVIO
VAL CONSTANTIO PI
O FELICI INVICTO AV
GVSTO PONT MAX
TRIB POT PP PROCON
CIVITAS AEMINIEN¹

¹ A pedra (conservada hoje no Museu de Machado do Castro) na qual está inscrito este letreiro latino, apareceu, em 1888, quando se procedia à demolição de uma casa na Couraça dos Apóstolos. O letreiro, ligeiramente mutilado nas margens (e por isso faltam

Valorizadas as potencialidades económicas e vias, bem desperta a consciência cívica, estaria Emínio em plena prosperidade e talvez já em busca do seu destino de cabeça regional — eis senão, quando mal clareava o séc. v, pávido rebate soa de que em tropel, atravessada a Gália num relâmpago, Vândalos, Suevos e Alanos, transposta sem detença a barreira dos Pirinéus, talavam os confins da Hispânia, rompendo os Bárbaros seu caminho a golpes feros, da comprida *spatha* germânica. Era o ano de 409.

Sob o peso da ameaça implacável, as cidades luso-romanas — desguarnecidas de circuito defensivo porque confiantes na ambiência tranquila da *paz romana* — foram logo cingidas por cinturas muralhadas que os habitantes, acicatados pelo pânico, rapidamente construíram. Assim em Emínio como em Conimbriga¹; e todavia, quando findava o 2.º terço daquele séc. v e os Suevos arrancaram da Galiza para o Sul, Emínio — então incluída nas fronteiras do efémero reino alano e que já em 419 teria pressentido a passagem estrepitosa dos Vândalos em marcha para a Bética — sofreu por certo sorte igual à de Conimbriga que, furiosamente investida a ferro e fogo, foi entrada à viva força e ficou reduzida a um montão de ruínas. Estava-se em 468 — iam passados quatro anos sobre o primeiro ataque.

Desse período tormentoso das invasões bárbaras pouco se conhece averiguadamente da história de Emínio; porém, como flor delicada desa-

letras que na transcrição acima foram restituídas), diz assim, quando desdobradas as abreviaturas:

AT AVCMENTUM / REIPUBLICAE NATO DI / LECTOQUE PRIN / CIPI DOMINO NOSTRO FLAVIO /
VALERIO CONSTANTIO PI / O FELICI INVICTO AV / GVSTO PONTIFICI MAXIMO / TRIBVNITIA POTES-
TATE PATRI PATRIAE PROCONSVLI / CIVITAS AEMINIENSIS /,

ou seja:

A nosso senhor Flávio Valério Constâncio, pio, feliz, invicto, augusto, pontífice máximo, com o poder tribunício, pai da pátria, procônsul — príncipe querido nascido para o engrandecimento da República — a Cidade dos Eminienses.

Esta inscrição lapidar, porque encontrada na área urbana de Coimbra, resolveu definitivamente a favor desta cidade a discussão que se levantara — e arrastava desde o séc. xvi — sobre qual teria sido a localização de Aeminium, se em Águeda ou em Coimbra.

¹ Recentemente foi admitido que as *cercas* de Emínio e Conimbriga datariam, com a maior probabilidade, da 2.ª metade do séc. iii e estaria a construção das muralhas relacionada com a invasão da Península Ibérica pelos Francos em 258. (Cf. Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e Siècle*, Coimbra, 1947, pág. 76). Todavia, a maioria dos autores data as muralhas como sendo do séc. v.

brochando num chão sáfaro, até nós chegou a formosa lenda da grácil Cindazunda, momento de poesia que tem sua expressão heráldica no brasão municipal de Coimbra ¹.

Acabadas as assolações e os morticínios, extintas as chamas dos incêndios, saído o último troço de prisioneiros, aquietadas as hordas invasoras — Emínio, agora sob o domínio suevo, terá recomeçado o seu evoluir; e, porque mais bem situada do que Conimbriga, melhor e mais rapidamente se refez dos desastres e tanto que a antiga capital regional e sede do bispado — cujo progresso teria sido, aliás nos últimos séculos, mormente resultado do impulso adquirido — não tardou, decaída como estava, a ser superada pela *civitas* ribeirinha do Mondego. E porque a importância deste aglomerado urbano lhe desse possibilidades de ser sede de circunscrição civil ou ainda porque oferecesse maiores garantias de segurança, o certo é terem-se os prelados conimbricenses acolhido a Emínio, aqui residindo, «se não em continuidade pelo menos intermitentemente», embora persistissem no uso de intitular-se bispos de Conimbriga ².

Nos tempos visigóticos, Emínio, até porque residência prelatícia, era já decerto a cabeça regional, pois que na cidade foi cunhada moeda durante os reinados de Recaredo (586-601), Liuva (601-603), Sisibito (612-621) e Chintila (636-640). Porém, a ambiência tranquila que já ia estabelecida, e seria propícia ao desenvolvimento urbano, tornou a ser perturbada. O ritmo do progresso local acusaria os golpes de uma outra época de destruições e saque, e mais de uma vez ainda o velho burgo passaria de mãos...

Setecentos e onze. Desembarcados em Gibraltar, os céleres esquadrões mouriscos não demoram a bater em Guadibeca a Rodrigo, último rei dos Visigodos; e, após o cruento recontro, largados à rédea solta para o Norte, ficam em menos de dois anos senhores de quase toda a Espanha.

Atónita, Emínio entregou-se sem combate. E, sujeitando-se ao pagamento de uma contribuição, continuaria a desenvolver-se, agora mais lentamente, sob a alçada e vistas do invasor muçulmano.

Mais de um século ia passado — estava-se em 868 — e eis que, em marcha avassaladora, Afonso III das Astúrias transpõe o Lima, galga o

¹ Nesse brasão, a serpe alada e o leão batalhante simbolizam, respectivamente, o suevo Ermenerico e o alano Ataces, chefes bárbaros que, desavindos em guerra, se teriam dado as mãos em boa amizade por mercê da graça medianeira da princesa Cindazunda, figura gentilíssima de mulher num duro friso de rudes lutadores.

² Quer sob o jugo dos Suevos, quer nos tempos visigóticos, apenas se regista uma excepção: nas actas do III Concílio de Toledo, efectuado em 589, está exarada a presença de *Possidonius Aeminiensis ecclesiae*. Mas tanto os bispos antecessores de Possidónio, como aqueles que lhe sucederam, mantiveram «a designação primordial e canónica.»

Douro, passa o Vouga e ataca Emínio que, «inexoravelmente sacrificada ao plano da conquista, é destruída e abandonada pela população que possivelmente segue Vímara Peres, o presor de Portucale, na sua tarefa repovoadora entre o Vouga e o Lima»¹. Mas passados dois lustros — corria o ano de 878 — volta a cidade a ser ocupada e repovoada pelo conde asturiano Ermenegildo — e é então que o velho burgo terá o seu nome de Emínio trocado por este outro mais cantante de Coimbra. Efectivamente, porque Conimbriga, obscura já na época visigoda e de todo decaída sob o jugo muçulmano, não podia rivalizar com a sua antiga satélite, os Cristãos, quando procederam à organização administrativa do território recém-conquistado ao sul do Vouga e restauraram a diocese conimbrigense, tiveram de fixar em Emínio a capital regional e a sede catedralícia episcopal, circunstâncias essas que, «por um acto de comum acordo dos dirigentes e aprovação suprema do rei»,² levaram a substituir o nome tradicional da cidade pelo da diocese — Conimbria.

Não foram de calma para Conimbria — ou Colimbria — os anos que se seguiram: ameaçada constantemente pelos sequazes de Mafoma, uma vez por outra investida e entrada por esses bravos guerreiros, a cidade não poderia desabrochar em plenitude suas galas, preocupados como andariam os Cristãos, quase sempre em armas, com a defesa e vigilância de posição militar tão apetecida. E, por entre sobressaltos e alarmes, ia escoar-se pouco mais de um cento de anos... Até que um dia, mal começara o verão de 987, Conimbria foi entrada de assalto pelas intrépidas tropas do grande cabo de guerra Almançor, de seu nome Ibn Amir Mohámed, o qual, disparado em invicta e fulminante arrancada para o Norte e subvertendo tudo quanto se lhe antepunha, deixava estarecidas as atónitas populações cristãs que, observando a razia e receosas pela sorte do reino asturo-leonês, apelidaram de *flagelo de Deus* a tão valoroso inimigo.

Tomada por Almançor, Conimbria foi despovoada — e decorreriam sete longos anos antes que os Muçulmanos emprendessem o seu repovoamento.

*

Quando o século XI estava na 2.^a metade, passados iam mais de quinhentos anos depois que os primeiros Bárbaros assomaram nos subúrbios da cidade; e, nesses cinco séculos, dilatadas épocas não tinham sido propícias

¹ Cf. Amorim Girão e Sousa Soares, *Origem e história da cidade*, in *Coimbra, Paisagem — Arte — História*, 2.^a edição, Coimbra, 1942, pág. 19 e 20.

² Nogueira Gonçalves, *loc. cit.*, pág. 15.

à tranqüila evolução do aglomerado urbano, mormente nas duas últimas centúrias, pletóricas de sobressaltos e de lutas, de destruições e de sangue. Todavia, após cada período sombrio, Conimbria, quer à sombra da Cruz, quer sob a égide do Crescente, despertava as energias latentes para de novo florescer e firmar-se como centro político e de relações económicas, se não mesmo — já então — como foco cultural. E pelos fins do 2.º terço daquele séc. XI, a cidade era populosa e próspera, e tanto que, na faixa ocidental da Península, a estimavam os contemporâneos como sendo a mais importante ao sul do Douro ¹.

Mas eis que — sucesso logicamente encadeado na sequência da Reconquista — as hostes de Fernando Magno de Leão vieram, sob a chefia do próprio soberano, a sitiar a cidade em Janeiro de 1064; e a 9 de Julho, após seis meses de tenaz resistência a duro e movimentado assédio, a *Medina Colimria* das fontes árabes, quebrado o ânimo dos defensores, esvaída a esperança de socorro, o espectro da fome a pairar na cerca, viu-se na extrema necessidade de render-se às tropas cristãs, ficando cativos 5 050 dos seus moradores.

Cessado o clamor da chusma vitoriosa e findo o saque, calado o pranto e enxutas as lágrimas dos vencidos — Coimbra, agora sob o signo da Cruz, entraria numa fase de franco progresso, a reflectir a hábil governação do moçárabe Sesnando, a quem, imediatamente à conquista, o monarca leonês confiara a tenência da cidade e seu território ².

Continuaria acesa a luta entre Cristãos e Muçulmanos — porém, desta feita, os tempos tormentosos de guerra contribuiriam para o engrandecimento de Coimbra, porquanto, mercê das excelências tácticas do *sítio* e da admirável posição estratégica no sistema viário, a cidade veio a ser no dispositivo fronteiriço dos Cristãos não só a chave do sistema de castelos e atalhas que formavam a cortina defensiva da linha de resistência do Baixo-Mondego, mas também a base de ataque para a ulterior conquista da linha do Tejo.

Guarda avançada dos Cristãos em face do poder sarraceno, sede episcopal e cabeça de circunscrição civil, nó de relações económicas e fulcro da colonização das terras ao sul do Mondego, Coimbra estava cingida na perfeição por boa cintura murada, sendo aqui e além alguns dos panos resguar-

¹ Conforme a crónica dita de Silos, Coimbra era, por esse tempo, a cidade de maior importância nestas regiões (*illarum partium maxima civitas*).

² Sesnando foi governador de Coimbra desde 1064 a 1091.

A obra de valorização económica e de povoamento das terras do Baixo-Mondego foi ardorosamente empreendida pelo conde Sesnando. Seria continuada activamente durante toda a 1.ª metade do século XII.

dados por barbacãs; e no viso da colina, a dois tiros de besta da Alcáçova fortificada, tinha seu extremo reduto no altaneiro castelo, poderosa *cidadela* que, no cimo da rampa dos Arcos do Jardim, lá onde o declive por menos rápido mais facilita o acesso, defendia um sector crítico da cerca.

A linha de muralhas, despegando da porta acastelada de Almedina — construída no tramo de menor cota em todo o circuito e entrada principal da cidade —, seguia, pela riba dominante da *Calçada*, em direcção à Estrela, onde abria a *porta de Belcouce*; continuando, subia a meia-encosta da escarpada vertente sul (*Couraça de Lisboa*) e, passada a *porta da Traição*, ligava-se, por um lanço erigido de torres, às cortinas exteriores do castelo. Além da *cidadela*, mas rente aos muros desta, abria a funda *porta do Sol* ou *da cidade* (também dita *do castelo*)¹ e daqui a muralha continuava-se por um pano voltado a nascente²; mudando bruscamente de direcção, ganhava a vertente setentrional da lomba norte da colina e por um longo tramo, que mais tarde seria chamado *Couraça dos Apóstolos*, descia até ao local onde viria a ser rasgada a *Porta Nova*³; e daqui, virada de golpe a orientação, seguia, reforçada de torres, pela riba que deu o nome à rua de Sub-Ripas, e após, descendo a festo, ia ligar-se de novo às obras defensivas da porta principal da cidade⁴.

Nos princípios do século XII — já o conde Henrique senhoreava a Província Portucalense havia alguns anos —, ainda a área do florescente burgo não era grande. Dentro da cerca, a *Almedina*, posto que populosa, abrangia apenas a colina coroada pela Alcáçova⁵; e nem sequer constituía

¹ Como é óbvio, a porta do castelo, propriamente dita, abria para dentro da cerca e não para a campanha: a *porta da cidade*, sim, é que dava saída para os campos ao cimo da ladeira chamada *do Castelo*.

² Alguns cubelos desta cortina, ainda bem visíveis, servem de suporte aos terraços antepostos à fachada nascente do colégio de S. Jerónimo (Pavilhão dos Quartos Particulares dos Hospitais da Universidade).

³ Esta porta foi aberta, no 2.º terço do século XII, para dar serventia ao Mosteiro de Santa Cruz, então fundado. Estava situada sensivelmente no lugar onde a rua do Colégio Novo se encontra com a Couraça dos Apóstolos.

⁴ Para melhor compreensão do texto, veja o transparente sobreposto à Fig. 4.

Sobre as fortificações medievais da cidade — castelo e muralhas — valerá a pena consultar a notícia, curta mas precisa, da autoria do P.º Nogueira Gonçalves, publicada no *Inventário Artístico de Portugal — II — Cidade de Coimbra*, Lisboa, 1947, págs. 1-9.

O traçado das muralhas decalcava a cintura fortificada que no século V a invasão bárbara obrigara a levantar à pressa para defesa do burgo. Como testemunho lá estão, na porta de Almedina, no que resta da porta da Traição e noutros elementos da cintura, as pedras de aparelho romano.

⁵ A Alcáçova, muito transfigurada pelas remodelações sofridas no correr dos tempos, persiste no Paço das Escolas (Universidade).



FIG. 4 — Coimbra. Vista aérea da aglomeração urbana (1940).

Foto do major-aviador Humberto Pais.

Extraído de A. Fernandes Martins, *O Esforço do Homem na Bacia do Mondego*.

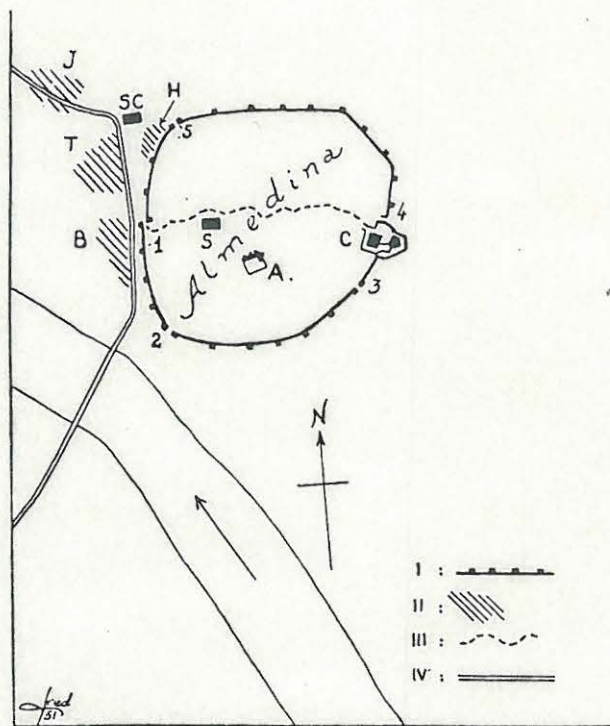
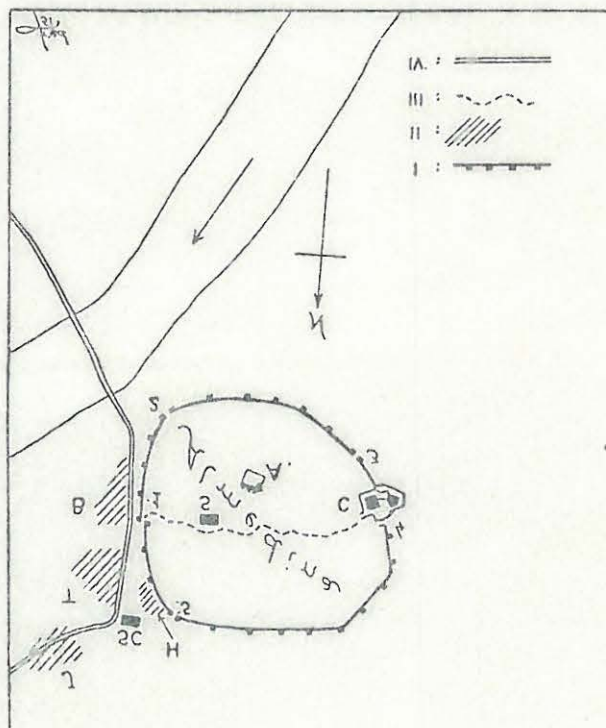


Fig. 4-A — A Almedina e o Arrabalde conimbricenses nos meados do séc. XII. (Esboçeto.)

LEGENDA :

- I — *Circuito muralhado da Almedina.*
 1 — Porta de Almedina; 2 — Porta de Belcouce;
 3 — Porta da Traição; 4 — Porta do Sol; 5 — Porta Nova.
 A — Alcaçova. C — Castelo. S — Sé Velha.
- II — *Áreas prováveis dos núcleos arrabaldinos.*
 B — S. Bartolomeu. T — S. Tiago. J — Santa Justa. H — Bairro judeu, não referido no texto, que tinha seu núcleo na actual rua do Corpo de Deus. SC — Mosteiro de Santa Cruz.
- III — *A principal artéria da circulação intra-muros* (do Castelo à Porta de Almedina, pelo Rego de Água, rua das Covas, Quebra-Costas).
- IV — *Tramo da estrada de Lisboa a Portucale* (Lisboa-Porto), traçado no subúrbio conimbricense pela *Calçada* (desde a ponte ao terreiro de Santa Cruz) e pela *Via Directa* (Rua Direita).



- e beja da Direcção (Rua Direita).
 Casaca (deza e ponte no terreno de Santa Cruz - Porto) traçado no alinhamento primitivo beja
- IA - Plano da estrada de Lisboa a Portimão (Lisboa - rua das Colas' (Luzia-Costas).
- III - Castelo e Forte de Almeida' pelo Rego de Águas' que sempre tem origem na escarpa das do Corbo de Santa Cruz. H - Barrilho João' não referido no texto.
- B - S' Bartolomeu. L - S' Lourenço. 1 - Santa
- II - Áreas primitivas dos muros arrabaldenses.
 A - Alcaçova. C - Castelo. 2 - S' de Almeida.
 Muros.
 3 - Forte da Direcção: 4 - Forte do Sol: 2 - Forte
 1 - Forte de Almeida: 5 - Forte de Beja: 6 -
 I - Circuito primitivo de Almeida.

LEGENDA:

nos meados do séc. XII. (Barroco).
 Fig. 4-A - A Almeida e o Arrabaldes primitivos

um conjunto contínuo de casas a formar uma teia de ruas e largos, pois havia grandes espaços desprovidos de construções, plantados de vinhas ou destinados a outras culturas. Extra-muros, além da porta de Almedina e à beira da estrada norte-sul, dois modestos núcleos de casario, apinhando-se em redor das respectivas paroquiais — S. Tiago e S. Bartolomeu — e separados um do outro pelo tramo final do córrego médio da colina urbana, formavam o *Arrabalde*, assim chamado em oposição à *Almedina*, voz arábica que ficara dos tempos da ocupação muçulmana¹. A noroeste do Arrabalde, mas já mais distanciado das muralhas e para além da runa — pequeno ribeiro que, vindo do vale ocupado, hoje, pela Avenida Sá da Bandeira, desaguava no Mondego —, ainda um outro núcleo suburbano, que tinha já nas suas azenhas certa feição industrial, evoluía rente aos muros de Santa Justa-a-Antiga².

Neste conjunto urbano dualista — a *cidade alta* conjugada com os *bairros ribeirinhos* —, o progresso económico, a correr parelhas com a importância militar, palpitava estuante naqueles começos do séc. XII e tanto que em 1111, dando o primeiro brado de revolta escutado em terras portugalenses, os moradores se levantaram a reclamar novos foros e privilégios — e viram satisfeitas as suas aspirações (*Foral de 1111*). Ainda não decaíra a importância da Almedina, porque então a sua posição táctico-estratégica a impunha como sentinela vigilante de uma fronteira de tensão³; por seu turno, os bairros ribeirinhos, porque situados favoravelmente à beira do rio e da estrada norte-sul, encontravam na circulação e no comércio estímulos suficientes para rápido desenvolvimento. Efectivamente, no decurso do séc. XII, era Coimbra um entreposto comercial importante; as posturas municipais de 1145, «taxam, entre outros produtos, o preço da pimenta, o que significa relações comerciais bastante seguidas com os sarracenos, pois só estes a esta data estavam em condições de fornecer regularmente esse produto»⁴, e, de certas disposições do foral concedido à cidade em 1179, ainda se conclui «que a pimenta con-

¹ Almedina (< *al medina*), a cidade.

² Santa Justa-a-Antiga fora construída no Terreiro da Erva. Reedificada no século XII, como já se disse, veio a ser soterrada pelas aluviões, conservando apenas acima delas as abóbadas do altar-mor e da epístola, que servem actualmente de oficina de serralharia.

³ Ainda em 1117, estando em Coimbra D. Teresa, mãe de Afonso Henriques, uma onda almorávida foi detida pelo forte baluarte. A *Chronica Gothorum* diz que a cidade não foi entrada, mas há notícia de que os Sarracenos conseguiram transpor a porta de Almedina, retirando seguidamente porque não conseguiram render o castelo onde se abrigavam D. Teresa, o bispo e os moradores mais felizes.

⁴ Cf. Jaime Cortesão, *Os factores democráticos na formação de Portugal*, in *História do Regimen Republicano em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1936, pág. 52.

tinuava por esse tempo a ser produto usual no seu mercado»¹. Esse comércio com os Sarracenos aproveitava, ao que parece, a base garantida pelo porto fluvial de Coimbra, sendo certo que, nessa 1.^a metade do séc. XII, ainda o assoreamento do rio não impedia que *barchas* e *fustas* chegassem aos cais da cidade²; e pelo que respeita aos mercadores portugueses que por aquela época apareciam «na célebre feira de Tessalónica, no Levante», não se vê, opina Jaime Cortesão, que de outra cidade pudessem ser senão de Coimbra³.

Tal o centro urbano que, ao findar a 1.^a metade do séc. XII, iria ser a capital de Portugal. «Coimbra era então a cidade mais importante do nascente reino, preeminência que, só, no meado do século XIII, deixou de desfrutar»⁴.

Por aquele tempo, já Coimbra experimentava, desde 1130, uma fase de notável engrandecimento. Foram construídos imponentes edifícios de carácter religioso — intra-muros, a Sé Velha; além da cerca, o mosteiro de Santa Cruz; fizeram-se outras obras importantes e procedeu-se à reconstrução da ponte, que se encontrava bem sofrida das injúrias do tempo.

Da capital de Afonso Henriques deixou-nos o grande geógrafo árabe Edrisi, contemporâneo do Conquistador, uma flagrante imagem: «cidade edificada num outeiro, cercada de boas muralhas, fechada por três portas e fortificada na perfeição. Está situada nas margens do rio Mondik (...); cidade pequena, porém muito populosa e florescente, e os seus arredores, cobertos de vinhedos, produzem muitos frutos»⁵.

Dentro do recinto muralhado, a artéria de maior importância no dispositivo vial coincidia com a linha do córrego mediano da colina: era o caminho

¹ Jaime Cortesão, *loc. e op. cit.*, pág. 52.

² A *barcha* era um pequeno modelo naval, possivelmente derivado da barca fluvial e costeira. De pequena tonelagem (20 a 25 tonéis), arvorava um mastro (mais raramente, dois); envergava velame quadrangular (*vela redonda*), tinha cesto de gávea e uma só cobertura. A *fusta* era uma embarcação comprida e estreita movida a remos.

Que as *barchas* chegassem a Coimbra, não oferece dúvidas, pois que as «posturas municipais de 1145 se referem a barcas (...), que ali ancoravam e vinham do mar carregadas de pescado» (Jaime Cortesão); e quanto às *fustas*, além da suposição de Frei António Brandão, é indício significativo que a condenação às *fustas*, isto é, para remar nessas embarcações, fosse a pena aplicada em Coimbra a certos crimes, durante a 1.^a metade do séc. XII (Jaime Cortesão, *op. e loc. cit.*).

³ Jaime Cortesão, *loc. e op. cit.*, pág. 53.

⁴ Jaime Cortesão, *loc. e op. cit.*, págs. 52-53.

⁵ Edrisi, *Géographie* (tradução de P. Amédée Jaubert), Paris, MDCCCXL, tomo II, págs. 26 e 27.

Edrisi (n. em Ceuta em 1100, † 1164) acabou de escrever o original da *Geografia* em meados de Janeiro de 1154.

mais curto do castelo à entrada principal da cidade (Porta de Almedina); lá se encontravam a *domus municipalis* e o pelourinho, símbolo da dignidade concelhia; lá seria edificada a majestosa catedral românica — a Sé Velha dos nossos dias.

No decurso da 2.^a metade do séc. XII, acrescida com a permanência da Corte a importância do burgo, que por esse facto passara a ser o centro político de Portugal, «de tal modo a cidade continua a prosperar e a crescer que já em 1179 lhe é outorgada nova carta de foral contendo mais vastos privilégios e isenções»¹.

Porém, quando se escoavam os derradeiros anos do 2.^o quartel do séc. XIII, Afonso III — que ao tempo das lutas com Sancho II encontrara no leal alcaide de Coimbra, Martim de Freitas, um honrado e valoroso opositor — transferiu a capital do país para Lisboa, cidade que já nesse período da história pátria melhor servia aos desígnios nacionais. A transferência da Corte repercutiu desfavoravelmente no desenvolvimento do burgo coimbrão, que fora assim privado de um importante factor de progresso; e como por esse tempo, rechaçado definitivamente o Mouro, ia também já perdido o interesse militar da posição, Coimbra teve de firmar-se na privilegiada situação vial e na fertilidade dos seus campos a fim de garantir-se contra a decadência.

Entretanto, ligados já os primitivos núcleos, o Arrabalde fora crescendo — e o número de seus vizinhos tendia agora a aumentar, até porque os moradores de Almedina, libertos do pavor das correrias sarracenas, desertavam a pouco e pouco a cerca, solicitados como seriam pelo frémito do tráfego que animava os bairros extra-muros. O abandono da cidade alta assumiria de futuro proporções tamanhas que, para reter as gentes, foram os seus moradores, em 1374, isentos de «pagarem sisa das cousas que dentro da cerca comprassem ou vendessem»², e, em 1377, visando idêntica intenção, a outorga de uma feira franca anual — de 15 de Setembro a igual dia de Outubro — estipulava que «a dicta feira se faça dentro na cerca da dicta cidade no cural dos nossos paços e arredor delles se dentro nom couberem»³.

Aproximavam-se os lustros finais do séc. XIV. E Coimbra, que tinha sido a capital do reino e fora sede da expansão do território nacional; que

¹ Amorim Girão e Sousa Soares, *op. e loc. cit.*, pág. 22.

² Virgínia Rau — *Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*, 1943, pág. 108.

³ Carta régia de 7 de Junho de 1377, in *Chancelaria de D. Fernando*, liv. II, fol. 68v., citada por V. Rau, *loc. cit.*

Os *paços* são os Paços da Alcáçova, e o *cural* (recinto descoberto no interior de edifícios) tem sua correspondência no actual pátio da Universidade.

venerara Isabel, a Rainha misericordiosa, e já chorara aquela Inês que o amor de Pedro, o justiceiro, da *lei da morte libertou* — Coimbra, em momento tão incerto para a independência portuguesa, ia ser agora (6 de Abril de 1385) o cenário entusiástico da aclamação de D. João I, o de Boa-memória ¹.

*

Nos fins do séc. xv, a cidade — que fora elevada à categoria de capital de ducado e tivera no infante D. Pedro, o das Sete Partidas, seu primeiro duque — não chegava a contar 5.000 almas.

Mudadas as concepções estratégicas, a Almedina, alcandorada na colina, corria sorte igual à de tantas povoações fortificadas nos cimos sáfaros: perdera sentido a sua posição militar, a seiva estimulante da circulação passava-lhe fora dos muros. E por isso, cingida nas couraças, enlanguescera paulatinamente, era um bairro quase morto. Não assim no Arrabalde: este, rente às artérias do tráfego, fervilhava de actividade e de gente — mas andava a contas com o poder das cheias, as ruas por vezes transformadas em canais, pois o Mondego já iniciara em grande o areamento dos campos e não poupava em sua fúria os bairros ribeirinhos da cidade.

Com o séc. xvi despontará uma fase propícia. Desde os primeiros decénios, os monarcas interessam-se pelo burgo — e vêm architectos para remodelar a fábrica dos edifícios religiosos e fazer obras na Alcáçova; e, exploradas já as possibilidades artísticas da pedra amarela do termo, chegam escultores que, lavrando a branca e branda pedra de Ançã, decoram as frontarias e as naves das igrejas ². Chanterene, João de Ruão, os Pires, Castilho

¹ O entusiasmo dos moradores de Coimbra está bem patente nestes passos de Fernão Lopes pertinentes à recepção feita ao Mestre de Avis antes de as Cortes — que vieram a reunir no convento de S. Francisco, além da ponte — o terem eleito rei de Portugal: «*Os da cidade fezeromsse prestes pera hir rreçeber o Meestre, a cleerezia em proçissom, e os leigos com seus jogos e trebelhos, e desi os fidalgos e Comçelhos, que hi eram, todos juntamente de bestas como melhor podiam. E em sse corregemdo huüs e os outros começaram muitos cachopos de sahir fora da cidade sem lho mandamdo nêguem, pello caminho per hu viinham o Meestre, com cavallinhos de canas que cada huu fazia, e nas mãos canaveas com pemoões, corremdo todos e braadamdo: Portugal! Portugall! por elRei dom Joham! em boa hora venha o nosso Rei! e assi foram per mui grande espaço açerca dhuua legoa.*

O Meestre e NunAllvarez e muitos dos que hi viinham. maravilhavamsse desto muito, avemdoo por cousa estranha, e assi como millagre, dizemdo que Deos os movera a fazer aquello, e fallava per aquelles moços come per bocas de profetas; e assi veherom antelle ata a cidade, omde foy com grande homrra rrecebido.» (Crónica de D. João I, ed. do Arquivo Histórico Português, 1915, cap. CLXXXI, pág. 342 *in fine*).

² Citarei a frontaria de Santa Cruz, e a Porta Espiciosa da Sé Velha. A porta da capela da Universidade, essa fora ainda trabalhada na tradicional pedra amarela.

e toda uma teoria de hábeis canteiros fazem desabrochar a flor esplendente da *escola coimbrã* — e nas oficinas — o estilo Renascença seguindo-se ao gosto manuelino — não falta que fazer. Despertados pelo tinir dos cinzéis, maravilhados os olhos pelo rendilhado das cantarias, os burgueses de Coimbra empreendem também suas obras particulares: data de então a Casa

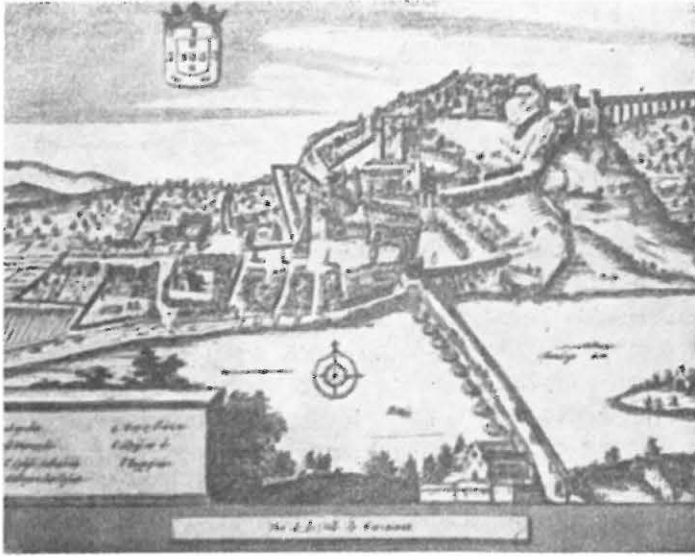


FIG. 5 — Coimbra quincentista.

Gravura do séc. XVIII; reproduz, alterando a moldura e reduzindo a legenda, um desenho do séc. XVI, publicado por Bráunio nos princípios do séc. XVII.

Extraído de Amorim Girão, Sousa Soares e Vergílio Correia, *Coimbra. Paisagem — Arte — História*.

de Sub-Ripas, que se apoia e inclui no alçado elementos da muralha medieval¹; são dessa época tantos e tantos outros edifícios hoje transfigurados ou cujos restos estão perdidos na estrutura de bem mais recentes construções².

¹ A data da construção deste paço (1.ª metade do séc. XVI) torna evidente a inconsistência da versão, tantas vezes repetida, segundo a qual Maria Teles — assassinada em 1397, por seu marido, o infante D. João de Castro — teria sido morta ali. A verdade — e di-la Fernão Lopes — é ter sido essa dona apunhalada numas casas a par de S. Bartolomeu.

² Como exemplo, lembro as arcadas manuelinas que se vêem em dependências interiores da Livraria Atlântida.

Engrandeceu-se o burgo artisticamente, e não se perdeu de vista o utilitário: é construída a elegante porta da Barbacã anteposta à porta de Almedina; será esta acrescentada e enobrecida, alojando-se a Câmara nos altos da torre; funda-se o Hospital Real, ali à Praça Velha, em 1504; restaura-se a ponte, que ia quase vencida das areias (1510-1513); são construídos marachões e cais para defesa da zona ribeirinha, tão ameaçada pelo ímpeto das águas do Mondego. E pelo ano de 1570 começaria a reconstrução do aqueduto de 21 arcos, então chamado *cano real*, mais tarde dito de S. Sebastião, e em nossos dias conhecido por *Arcos do Jardim*.

No correr da centúria um sucesso revestirá excepcional importância quanto ao progresso da cidade: em 1537. D. João III transferiu a Universidade para Coimbra e tal facto revelou-se prenhe de consequências¹. A Almedina, a cidade alta, transforma-se de novo numa colmeia, agora vibrante da mocidade dos escolares. A afluência de professores e estudantes é tamanha que faltam alojamentos — e dentro da cerca não tarda que os espaços vagos sejam aproveitados para construção de moradias. Surgem os primeiros mercadores de livros. A população cresce e a cidade expande-se: até na zona chã serão edificados vários colégios universitários ao longo da Rua de Santa Sofia, então rasgada e que foi nessa época a mais larga e formosa de Portugal. Todavia, no Arrabalde o que dá tom, o que predomina nessa *Baixa* apinhada de gente, é «o grande e pequeno comércio, a indústria de oficina e caseira, o enxame dos mesteirais, hortelões, carrejões e servidores»². Era lá — ao redor da Praça, chamada Velha em nossos dias, e por aqueles arruados de traça caprichosa —, que «se acantonavam as indústrias do ferro, do linho, da lã, do junco e do barro e vicejavam as oficinas dos marceneiros, imaginários, e metalúrgicos de vária espécie. O forno alternava por vezes com a estalagem, e a habitação do artífice com a do almuinheiro ou carrejão. Quase todas as moradias, sob os sobrados, abrigavam a estrebaria ou estábulo»³.

Dual esta Coimbra quinhentista. Dual na topografia e no acomodar dos moradores — na Almedina, a vida estuante dos escolares, as maneiras

¹ A Universidade já por duas vezes fizera estadia em Coimbra: de 1309 a 1336, e mais tarde, de 1354 a 1377. Mas sempre voltara a Lisboa, onde fora fundada.

² Vergílio Correia, *Coimbra Joanina*, in *Obras*, I, *Coimbra*, já cit., pág. 321.

³ Vergílio Correia, *loc. cit.*, págs. 327 e 328.

A propósito da Coimbra do séc. XVI, ler-se-ão com proveito A. da Rocha Brito, *Horas Coimbrãs* (Publicações da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra), Coimbra, 1944 e J. Branquinho de Carvalho, *Coimbra Quinhentista — Evocação de um Século de Grandezas e Misérias* (Separata do *Arquivo Coimbrão*, vol. X), Coimbra, 1948.

Coimbra



FIG. 7 — Planta da cidade nos meados do séc. XIX.

A — Universidade; B — Sé Nova; C — Colégio das Artes;
D — Laboratório Químico; E — Colégio de S. Bento;
F — Colégio de Tomar; G — Convento de Santa Teresa;
H — Convento de Santa-Ana; I — Seminário; J — Con-
vento das Ursulinas; L — Mosteiro de Santa Cruz;
M — Colégio dos Pimentas; N — Colégio de S. Tomás;
O — Convento Novo de Santa Clara.

1 — Largo da Feira dos Estudantes; 2 — Largo da Sé
Velha; 3 — Calçada; 4 — Praça Velha; 5 — Largo de
Sansão; 6 — Rua da Sofia; 7 — Rossio de Santa Clara.

Desenho de A. Fernandes Martins, extraído de M. Fer-
nandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular*.

Este Plano teve por base a Planta
topográfica levantada e desenhada,
em 1845, por Izidoro Emilio Baptista,
estudante da Universidade.
O brasão reproduzido é dos fins do
séc. XVIII.

comedidas dos familiares do paço episcopal; na Baixa, o povo agremiado, a actividade dos officiaes mecânicos, os burgueses dados ao comércio. Dual, sim, esta Coimbra, mas bela em suas galas — e tanto que aos olhos do estudante Luís Vaz pareceu «florida terra, leda, fresca e serena»¹.

Mas... antes que findasse este século que fora de grandeza, horas de cruel amargura chegariam.

Além-mar em África, nas plagas ardentes de Alcácer-Quibir, Portugal, naquela jornada trágica de 1578, empobrecera de filhos e — *morrer, sim, mas devagar!* — perdera o rei... E em 1580, quando, esvaindo-se de tudo o que já era sombra, o Cardinal-rei se finou e foi sabido que o monarca espanhol estava prestes a mandar seus capitães em tomadia da Terra Portuguesa, Coimbra, a marcar mais uma vez galharda presença em prol da causa nacional, tomou partido por D. António, o Prior do Crato, que tinha sido educado no mosteiro conimbricense de Santa Cruz.

Triunfantes os *terços* do duque de Alba, Coimbra experimentaria o despeito do invasor: a Universidade, gente de algo e simples mesterais seriam enxovalhados, presos e perseguidos. E ao lente Doutor Pedro de Alpoim o cutelo do carrasco — *Justiça que manda fazer el-rei D. Filipe* — infligiria morte afrontosa.

*

No quadro de decadência geral que seguidamente avassalou a Pátria, Coimbra não foi excepção. Mas seja dito que no burgo ribeirinho do Mondego não repercutiam apenas os erros ou os vícios da administração, porquanto os efeitos deprimentes do domínio estrangeiro não foram a exclusiva causa do esmorecimento de toda a actividade anterior. A situação económica da cidade espelhava também os estragos cada vez maiores que o rio fazia nos campos férteis da planície aluvial.

Ainda assim, naqueles lustros finais de Quinhentos e primeiros decénios do séc. XVII, e apesar de quanta vicissitude a opressão filipina terá implicado, não se quebrantara o engenho dos architectos, nem à minguia de trabalho ficariam quedas as mãos dos lavrantes da pedra. No curso desses sessenta anos, o inventário architectónico e monumental coimbrão seria enriquecido não apenas com obras de pormenor enxertadas em estruturas pré-existentes, mas também de alguns notáveis edificios ao gosto clássico, tais como o Colégio de Jesus e o templo anexo (Sé Nova), na área urbana; o colégio de S. José dos Marianos (Ursulinas) e o convento de Santa Ana, nos subúr-

¹ Camões — *Canção IV*.

bios de nascente, além da *Porta do Sol*; e ainda o convento de S. Francisco, além da ponte ¹.

Não ia decorrido um ano depois que fora inaugurada a nave da Sé Nova (1 de Janeiro de 1640) e eis que chega a Coimbra a notícia da Restauração e aclamação de D. João IV; e a cidade Mondeguina, que ciosa guardara o espírito da independência, acolheu jubilosamente tão boa nova — e numa das campanhas do Alentejo, sobre as linhas de Elvas, na Guerra da Restauração, lá estiveram os estudantes conimbricenses a formar brioso *terço*.



FIG. 6 — Coimbra na 2.^a metade do séc. xvii.

À direita distinguem-se perfeitamente os panos de muralha da *Couraça de Lisboa*. Na coroa da colina, e da direita para a esquerda, observam-se os topos de duas torres do castelo, o Paço das Escolas e as torres-campanário da Sé Nova. Entre o casario, a meia-encosta, vê-se a Sé Velha, ainda com a elegante flecha que viria a ser demolida no começo do séc. xviii. Aquém do rio, levanta-se, à direita, o mosteiro de Santa Clara-a-Velha e suas dependências. A ponte, com o famoso O, desemboca do lado da cidade num «torreão de guarda e aparato».

Desenho de Pedro Baldi, datado de 1669.

Gravura gentilmente cedida pelo
Prof. Doutor Rocha Brito.

Antes que de todo se escoasse o séc. xvii, seria construído além-rio, numa dobra do monte da Esperança, o mosteiro novo de Santa Clara, cuja

¹ O velho convento de S. Francisco — histórico assento das cortes que aclamaram rei ao Mestre de Avis — tivera de ser abandonado em 1609, quando já muito danificado pelas cheias.

fachada epi-classicista, fronteira à cidade, obedeceu a gosto bem diverso da traça arquitectónica do velho convento da mesma invocação que a comunidade das clarissas fora obrigada a abandonar, a tanto subira o destroço causado pelas cheias. Também por via das inundações do Mondego — que já então encetara em grande a perdição dos campos¹ —, a velha igreja de Santa Justa, ali no Terreiro da Erva, à margem direita, ia ficando progressivamente arruinada; e, mal começara o séc. XVIII (1708), forçoso foi entregá-la à sua mesquinha sorte. Porém, logo em 1710 se deu princípio à construção da nova igreja-colegiada de Santa Justa, junto da qual viria a germinar o núcleo suburbano de Fora-de-Portas, na actualidade florescente e progressivo sector da Baixa.

Durante o primeiro terço desse século, seria a Universidade dotada com o magnífico edifício da Livraria joanina (Biblioteca Geral)² e seria substituída a velha torre por essa outra de elegante alçado e que, em nossos dias, é como que um símbolo da cidade.

Igualmente remonta ao séc. XVIII (2.º quartel) o pitoresco arranjo monumental — pavilhões, cascata, escadarias e fontes — do encantador parque de Santa Cruz, recreio que foi dos religiosos crúzios no alto da quinta monacal da Ribela e hoje jardim municipal, a introduzir uma nota de recolhida evocação setecentista no âmago do moderno e airoso bairro citadino. No 2.º terço da mesma centúria, foram ainda construídos o convento de Santa Teresa (1740-1744) e a traça barroca italiana do edifício do Seminário (1748-1765), um e outro, extra-muros, lá para os quadrantes de nascente.

Ia já em seus meados a 2.ª metade do século (1772), quando, sob o impulso do Primeiro Ministro de D. José, a cidade, mormente a Alta, experimentou de novo uma fase de intensa urbanização, como outra não conhecera desde a época quinhentista. O marquês de Pombal, que se propusera reformar o ensino da Universidade, quis paralelamente dotar esse estabelecimento científico com instalações adequadas — e assim ordenou a construção de novos edifícios ou a remodelação de outros. As traças magníficas do Museu de História Natural e do Laboratório Químico; os alçados sóbrios do Observatório Astronómico³ e da Imprensa; a elegante colunata da *Via Latina*

¹ Vide A. Fernandes Martins, *O Drama da Planície (Breves notas para uma palestra acerca dos campos do Mondego)*, Coimbra, 1950. [Separata do *Boletim Comemorativo do Décimo Aniversário do Ateneu de Coimbra*.] Para maior desenvolvimento ver o cap. *Vae victis!*, in A. Fernandes Martins, *O Esforço do Homem na Bacia do Mondego*, Coimbra, 1940.

² «... Obra maravilhosa de proporções, estilo e gosto, única no Mundo pela unidade e originalidade da concepção» (Vergílio Correia). Foi construída de 1717 a 1723.

³ Demolido nos primeiros meses deste ano (1951).

e o terceiro piso dos *Gerais* foram, a par de obras menores, a expressão dos intuitos do grande Secretário de Estado. Dessa época data igualmente o bellissimo e magnifico traçado, ao gosto italiano, do Jardim Botânico privativo da Universidade.

A nobreza das linhas e o sereno equilíbrio dos volumes e dos elementos decorativos, a elegância intrínseca do estilo *pombalino* — adaptação portuguesa da corrente italiana e barroca classicista romana — calaram fundo nas gentes de Coimbra. E por isso a cidade, que outrora revestira feição *manuelina* na sequência das obras régias dos primeiros tempos quinhentistas, ganharia no derradeiro quartel de Setecentos vincado tom *pombalino*, preso como estava a essa maneira artística o gosto dos particulares que construíam ou restauravam suas moradias¹.

Entretanto, a economia citadina ressentia-se dos estragos que o Mondego causava nos campos: a Universidade, a Mitra e o mosteiro de Santa Cruz eram lá grandes proprietários; alguns particulares — burgueses e gente de linhagem — lá tinham igualmente seus tractos e, necessariamente, quer as referidas Instituições, quer os simples indivíduos, eram prejudicados em suas rendas e cabedais pelos malefícios das cheias. E eis que, por demais reconhecida a inutilidade dos paliativos, foi finalmente ordenado o encanamento artificial do rio: estava em seu curso o ano de 1791. Começaram as obras sob a direcção de Estêvão Cabral — e a famosa mata do *Choupal*, tão do gosto da Coimbra romântica (2.^a metade do séc. XIX), foi por essa altura plantada.

Tão importantes empreendimentos — álveo artificial e obras accessórias — para defesa dos campos e correcção do rio importavam em muito à cidade, pois que, embora parte da população dependesse economicamente da Universidade e dos escolares, da Mitra ou das comunidades religiosas, certo era que, mal esboçado ainda o surto industrial coimbrão, a economia urbana — e exactamente por ser Coimbra então apenas um mercado regional — assentava estreitamente na exploração agrícola, tendo esta o seu mais valioso domínio na úbere planície aluvial. Com efeito, muitos dos burgueses, na sua qualidade de proprietários ou rendeiros de glebas no Campo, estavam directamente interessados no que se fizesse para salvaguarda e valorização das terras; e mesmo quando apenas comerciantes, não lhes poderia ser indiferente que esmorecessem as possibilidades financeiras dos lavradores, vizinhos e proprietários das terras que constituíam a área privilegiada da zona de influên-

¹ Se a cidade quinhentista deixou traços ainda evidentes na fisionomia actual de Coimbra, mais evidentes são ainda os da cidade pombalina.

cia do centro comercial onde exerciam as suas actividades. E, por efeito da complexa trama de relações económico-sociais implícitas no aglomerado urbano, nem sequer as classes populares estariam desinteressadas, porquanto nelas se reflectiriam a prosperidade ou a decadência dos outros escalões sociais.

Por via de todos estes motivos, bem pode dizer-se que a cidade seguia atentamente a execução das obras hidráulicas empreendidas, pois que, detido o flagelo do rio, desanuviado estaria o porvir. Após uma pausa nos trabalhos, as obras recommçaram em 1807 sob a superintendência de Andrada e Silva, mas não tardariam a ser interrompidas.

Rufando tambores de guerra, o Exército da Gironda — algumas divisões de tropas napoleónicas sob o comando de Andoche Junot — transpusera a fronteira (Novembro de 1807) e em menos de um mês ocupava Portugal. Necessariamente, tais acontecimentos relegaram as obras do Mondego para segundo plano...

Coimbra, que a 12 de Dezembro de 1807 fora entrada pela divisão espanhola do general Caraffa e ficara, pouco depois, à guarda de escassa guarnição francesa, era ainda nesses começos do séc. XIX uma cidade pequena — ou seja, a velha Almedina mais o casario da Baixa — que, alongando-se da Portagem à rua do Carmo, formava conjunto contínuo mas sem beirar o rio —, alguns colégios para além do Carmo e o arruado de Fora-de-Portas. E era tudo. «A Couraça dos Apóstolos ficava sobranceira às hortas e pomares da cerca dos Jesuítas e do Mosteiro de Santa Cruz, e tinha em frente os olivais da encosta de Montarroio. Da ladeira do Castelo viam-se mais hortas e pomares, os conventos de Santa Ana, Santa Teresa e o Colégio de Tomar, o arvoredó da Quinta de Santa Cruz, os olivais das Arcas-de-Água e de Montes Claros. Celas, Santo António dos Olivais e o Calhabé eram então arrabaldes aprazíveis»¹.

E foi esta pequena cidade, com cerca de 12 000 habitantes, um dos mais fortes esteios da luta contra os invasores. De 1808 a 1814, mais uma vez os seus habitantes deram provas de vivo espírito de independência. Comerciantes e proprietários sacrificariam muito do seu à causa nacional; o povo miúdo contribuiria na medida das suas forças, sem regatear o sangue nem os parques haveres; lentes e estudantes alistar-se-iam nos Corpos Voluntários Académicos, que participaram em diversas acções militares. E porque era tal o ânimo dos moradores e excelente a posição da cidade no sistema vial,

¹ M. Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular*, vol. I, Coimbra, 1944, pág. 115.

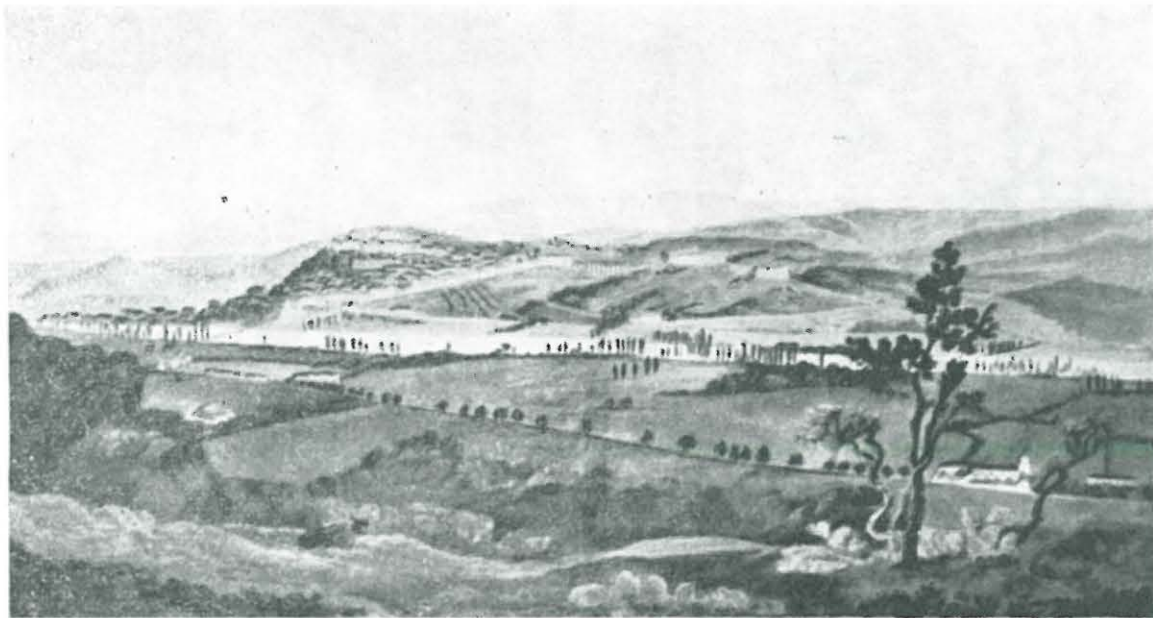


FIG. 8 — Coimbra nos princípios do séc. XIX.
Além do casario da *Alta* e de parte da *Baixa*, vê-se o subúrbio de *Fora-de-Portas*.
Ao centro, o aqueduto de S. Sebastião.

Reprodução muito reduzida de uma estampa inglesa colorida, da autoria de G. Landmann, publicada em Londres no ano de 1815.

Extraído de M. Fernandes Martins,
Coimbra e a Guerra Peninsular.

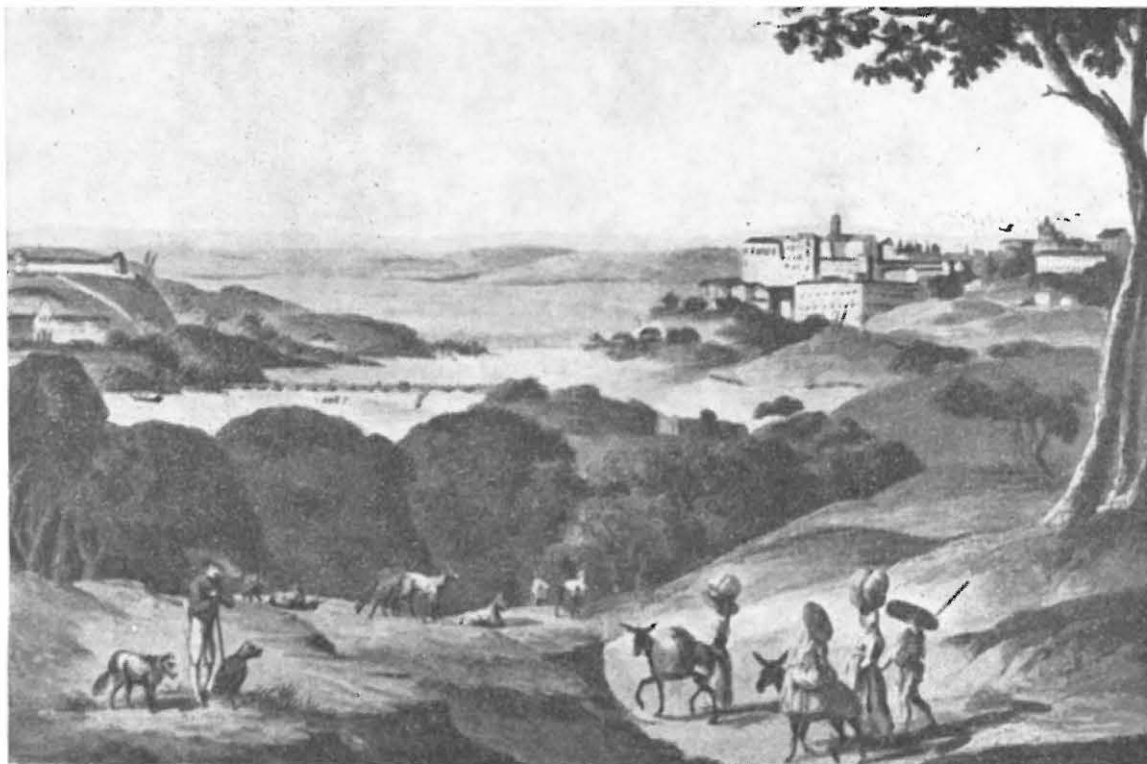


FIG. 9 — Coimbra nos princípios do séc. XIX. Reprodução muito reduzida de uma estampa inglesa a cores, da autoria do major britânico T. St. Clair e publicada em Londres a 18 de Agosto de 1815.

Extraído de M. Fernandes Martins,
Coimbra e a Guerra Peninsular.

Coimbra, situada num teatro central, teve excepcional importância quanto à movimentação estratégica¹. Aponte-se ainda a breve nota de estar relacionada com todos estes sucessos a publicação do primeiro jornal coimbricense, de seu título *Minerva Lusitana*, curiosa gazeta de propaganda patriótica, cujo n.º 1 saiu dos prelos da Imprensa da Universidade em 11 de Julho de 1808, sendo «seu preço 30 reis cada meia folha».

Após anos e anos de lutas e canseiras, chegaria em Abril de 1814 a notícia de que Napoleão abdicara, vencidos seus exércitos — e Coimbra vestiu suas

Num. 24.



POR ORDEM DO GOVERNO.

Coimbra. Segunda feira 22 de Agosto de 1808.

Coimbra 21 de Agosto.

Noticia circunstanciada do acontecido em Abrantes na expulsão dos Francezes, dada pelo Juiz de Fôra da Sertã, Isidoro Antonio do Amaral Semblano.

EM o dia 7 do corrente, passando na Villa da Sertã o Tenente de Cavallaria do Regimento N. 12, *Manoel de Castro Corrêa de Lacerda* com ordens para *Castello Branco*, lhe participou o Juiz de Fôra da

FIG. 10 — Cabeçalho do primeiro jornal que se publicou em Coimbra.

Fac-simile em tamanho natural. Extraído de M. Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular*.

galas, trasbordante de entusiasmo. E todavia, fatal consequência dos anos de guerra, a economia do burgo estava rudemente abalada — exaustos os dinheiros públicos, vazios os cofres da Universidade, da Mitra e das outras instituições religiosas do termo; e, como se tanto não bastara, «muitos dos ricos comerciantes de 1807 debatiam-se com dificuldades económicas, uns empenhados, outros ameaçados de execuções fiscais»².

¹ Ver, em M. Fernandes Martins, *op. cit.*, pág. 343, o parágrafo *Da importância estratégica de Coimbra no período das Invasões*.

² M. Fernandes Martins, *ob. cit.*, pág. 339. A Autora, em outro passo do seu trabalho, diz que moradores de Coimbra «desde os letrados aos analfabetos, desde as pessoas

E porque fortuna tão mesquinha tudo rasara por igual, bem esmorecido ia também o interessante surto industrial fabril que a cidade experimentava desde os fins do séc. XVIII; a fábrica de faianças, a de fundição de ferro e aquelas outras de fição e tecelagem de sedas; damascos e algodão, uma das quais com 1 200 fusos, patenteavam nas condições precárias de laboração e mercado o transtorno económico consequente das invasões.

Semelhante descalabro financeiro entorpeceria por alguns anos as possibilidades de engrandecimento urbano; mas, vencidas que foram as horas crueis de desânimo, a cidade buscou refazer-se de tão duros golpes — e a passos tardos mas seguros estava em caminho de consegui-lo, quando nisto, mal findara o 1.º quarto da centúria, o período das *Lutas Liberais* veio determinar novas e desfavoráveis perturbações.

E, no rescaldo, Coimbra dir-se-ia que fica adormecida, voluptuosamente satisfeita de si, no aconchego da paisagem ... No fluir de quase três quartéis de centúria, não se dilatará a área urbana. A Baixa continuava a ser predominantemente um bairro comercial, porém de limitado movimento mercantil, e na sua feição industrial guardava apenas mero interesse local; a Alta, abandonados os colégios universitários da Sofia, sublinhara mais ainda o seu carácter de bairro de estudantes.

Cidade dual por mercê de condições topográficas diversas — *Alta e Baixa* —, aglomerado dualista que era, desde há séculos, na repartição dos moradores, Coimbra registava na toponímia urbana essa dualidade: na Alta ficavam a rua dos *Estudos*, o largo da *Feira dos Estudantes*¹, a rua dos *Militares* (i. e., dos estudantes das Ordens Militares que lá tiveram o seu colégio), o largo do *Museu* (de História Natural), a rua dos *Lóios* (i. e., do colégio dos Lóios), o largo do *Observatório* (astronómico), a rua de *Entre-Colégios* e outras mais cujos nomes lembravam instituições ou disciplinas escolares; na *Baixa*, a toponímia insistia na evocação de mesteres — rua dos *Sapateiros*, rua das *Padeiras*, rua da *Louça*, rua das *Azeiteiras*, largo das *Olarias*, rua

nobres ao artista mais humilde, todos pediam uma esmola do subsídio da «generosa Nação Britânica», uns para cobrirem a sua nudez e a dos órfãos que com eles tinham ficado, outro para prover à sua alimentação e outros ainda para se resguardarem das intempéries» (pág. 336). Bem pode dizer-se, e a Autora citada deixa-o cabalmente demonstrado, que a população de Coimbra, considerada na generalidade, empobrecera por via da guerra, e ficara na miséria após o saque efectuado em Outubro de 1810 pelas tropas de Massena.

¹ Quando da transferência da Universidade para Coimbra no séc. XVI, D. João III mandou que se fizesse todas as terças-feiras um mercado privativo dos escolares — e daí o nome do largo. Na Praça, hoje chamada Velha, tinham os restantes moradores seu mercado, que lá permaneceu várias centúrias.

das Solas, rua dos Oleiros (que já eram mesteirais afamados na Coimbra quinhentista).

Este dualismo, que cindia a aglomeração urbana, implicava a tradicional rivalidade entre estudantes e *futricas* — que assim eram chamados pelos escolares os restantes moradores da cidade¹. E contudo, nesses meados do séc. XIX, a economia citadina tinha seu fulcro na satisfação das necessidades da numerosa população académica: e assim durante as férias, tendo partido os estudantes, a vida urbana enlanguescia e algumas das ruas da *Alta* dir-se-iam de todo abandonadas...

Tcdavia, e apesar de mercado modesto, a cidade guarda sua feição de centro regional; entrelaça nós de relações económicas e, no correr de Agosto de cada ano, vindos os feirantes de muitas léguas ao redor, efectuam-se importantes transacções no seu aro aquando da feira de S. Bartolomeu². E como elos permanentes da corrente mercantil — muito embora a nave-

¹ Dessa rivalidade, então sempre viva no acre das relações e que explodia por vezes em sangrentas rixas, bem poderá dizer-se que tinha suas remotas origens nos atritos suscitados entre a Universidade e os vizinhos do burgo logo após a transferência para Coimbra daquele estabelecimento de ensino. Com efeito, a instalação da Universidade na Coimbra quinhentista, ainda que tão apetecida — a cidade solicitara arduamente a transferência nas cortes de 1535 —, determinou perturbações de vária ordem na vida urbana; surgiu uma crise de habitação, tornou-se momentoso o problema dos abastecimentos, desencadeou-se a carestia; havia a irreverência dos escolares, descuidavam-se os costumes. E certas regalias régias em favor da Universidade e dos estudantes e a intervenção da gente universitária na administração local deram aso ao ressentimento, se não despeito, da Câmara, burgueses e povo miúdo, que se sentiam vexados e diminuídos em seus foros, prerrogativas e privilégios.

Porém, passado que foi o período crítico da instalação, as instituições universitária e municipal viriam a congraçar-se a bem da cidade; mas entre estudantes e populares ficaria, por séculos, um mal disfarçado travor no convívio social...

² O local da feira fora, por muitos anos, na Praça de S. Bartolomeu (Praça Velha); foi depois nos largos das Ameias e da Sota; passaria para o Rossio de Santa Clara, onde se fez três anos. Em meados do séc. XIX, tinha assento no Cais, entre a ponte e o largo das Ameias.

Dos arredores da cidade vinha um poder de gente à feira, e bem assim dos concelhos da Figueira da Foz, Montemor, Cantanhede, Soure, Poiães, Lousã, Arganil, Tábua, Tondela, *et cætera*. Conforme o testemunho de Cardoso Fonseca (*Outros Tempos ou Velharias de Coimbra — 1850 a 1880*, Lisboa, 1911, pág. 170), «na feira encontrava-se sempre bom e avultado sortimento de panos, tecidos de linho e algodão, objectos de ourivesaria, quinilharias e louças finas, avultando entre estas as da fábrica da Vista Alegre.» E havia também «cabedais, tamancos ou socos, loiças ordinárias de barro vermelho, ou das de Molelos», (estas de barro negro), e ainda alfaias e produtos agrícolas, gados, artefactos de verga, *et cætera*. E, como é óbvio, não faltavam as barracas de comes e bebes, nem para gáudio das gentes a pantomina dos titeriteiros.

gabilidade do Mondego esteja indo de mal a pior, crescido como vai o asso-reamento da madre — as esguias *barcas serranas*, salvo em caso de cheia desabrida, não deixam de atracar ao cais das Ameias. Descendo o curso, trouxeram as lenhas que os fogos da cidade consomem e, para descarga ou em trânsito, os produtos agrícolas exportados pela Beira — batatas, cereais, legumes; vindas da foz do rio, chegaram atestadas de sal e de peixe que levarão Mondego acima até à Raiva, ou descarregarão para consumo da cidade, embarcando então no cais de Coimbra os vinhos da Bairrada e outras mercadorias que a Beira importa. Na época calmosa, as barcas seriam o transporte preferido por quantos pretendessem ir gozar as delícias da vizinha praia da Figueira; e no curso do ano, os estudantes beirões, no começo e fim de férias, e bem assim a maioria daqueles cujos negócios e afazeres levavam de Coimbra à Beira, ou obrigavam a vir da Beira a Coimbra, igualmente usavam das barcas para suas idas e vindas ¹.

As relações económicas da cidade contavam ainda, e em muito, com os serviços de almocreves e recoveiros. Estafetas garantiam as comunicações — e, desde 8 de Maio de 1855, um serviço de mala-posta fazia a ligação de Lisboa a Coimbra, via Carregado.

E foi nessa Coimbra dos meados da centúria passada, nessa Coimbra risonha em sua mediania, regalada no gozo sereno da sua pacata vida provinciana — foi nessa Coimbra que o rasgo romântico do século arrancou de sua condição apagada a figura gentil das raparigas da cidade: e num friso de choupos, uma teoria de rouxinóis cantando, a *tricana*, efémera flor na magia da paisagem coimbrã, será dita um símbolo de graça feminina por quantos escolares-poetas algum dia pisaram as calçadinhas de seixo daquelas tortuosas ruas da *Alta*.

E sob o signo do Romantismo pleno, ondas e ondas de lirismo a cantar-lhe as belezas, Coimbra dir-se-ia que deixou adormecer as pujantes possibilidades de progresso, quedando embevecida na contemplação do seu passado.

Mas nisto, ao findar do 2.º terço do século (1864), o caminho de ferro está na Estação Velha. E o arfar das locomotivas como que desperta a

¹ Nesse tempo, a frota fluvial contava mais de 500 barcas. O progressivo assoreamento do rio, a concorrência da estrada (primeiro, os carros tirados por muares, mais recentemente a camionagem) e o transporte ferroviário no percurso Coimbra-Figueira implicaram a diminuição do número de unidades para um total pouco superior a 200. E hoje só pelo que respeita ao transporte de lenhas as barcas não temem a concorrência da camionagem: «por duzentos e cinquenta escudos uma barca leva a igual distância as mesmas dez toneladas que uma camioneta não transporta por menos de seiscentos...» (Cf. Adriano Peixoto, *A vida de um rio*, in *Arquivo Coimbrão*, vol. X, Coimbra, 1947).

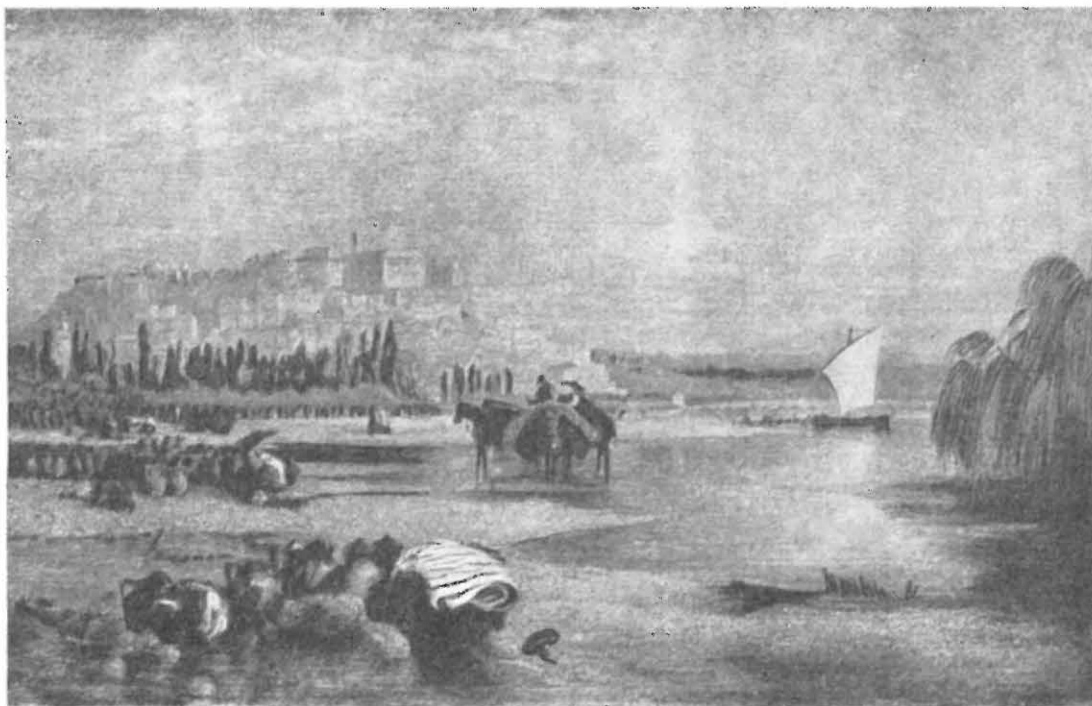


FIG. 11 — Coimbra nos meados do séc. XIX.

Reprodução de uma gravura da época

Extraído de A. da Rocha Brito, *Horas Coimbrãs*.

bela adormecida; gradualmente abrem-se novas perspectivas, alargam-se os horizontes da economia urbana. E agora mais uma vez, quando renovados ou corrigidos os traçados das velhas estradas carreteiras e verificado o vigoroso alento dado ao tráfego pelas vias férreas, as virtualidades da *posição* jogam decisivamente em favor da cidade — e tanto que, apesar de quantos erros houve no assentamento das directrizes ferroviárias ¹, Coimbra readquire, no decurso do derradeiro quartel do séc. XIX, a perdida proeminência de importante nó vial.

A estreita e velha ponte do O ², centro polarizador do tráfego vindo do Sul ou do Norte, da Beira (Nascente) ou do litoral Mondeguino (Poente), ia de todo arruinada, não correspondia às necessidades de um movimento que se tornara mais intenso. E assim, os imperativos da circulação, que convergia na entrada dessa ponte ou por lá se escoava, impuseram a substituição dela — e logo em 1875, após dois anos escassos de trabalho, seria aberta ao trânsito a ponte metálica de Santa Clara, que fora projectada de molde a garantir em toda a extensão do tabuleiro o cruzamento de veículos, sendo também dotada de passadiços laterais para peões.

As malhas da rede ferroviária vão sendo apertadas no decorrer do último quartel do século: em 1890, Coimbra está já em ligação por via férrea com o Sul e o Norte, com as Beiras, com a Figueira e toda a linha do Oeste. A sua importância de mercado regional cresce progressivamente — e, a par do caminho de ferro, as estradas contribuem para o engrandecimento comercial de Coimbra. E se vai decaindo o tráfego fluvial, em troca, desde que em 1873 foi construída a ponte metálica da Portela, em substituição da tradicional barca de passagem, na cidade concorrem numerosos *carros da Beira* — estrados de quatro rodas, jogo dianteiro móvel, um tiro de muares e que, sob o toldo alvadio, transportam em pilha os produtos do planalto e das serras: a batata e a castanha, as réstias de cebolas e as leguminosas secas, os queijos e as mantas que as lojas da Baixa guardam; no retorno, os carros

¹ Os entroncamentos da linha do Norte com as vias férreas do Oeste (Alfarelos) e da Beira Alta (Pampilhosa do Botão) foram levemente situados a mais de uma dezena de quilómetros da cidade, aquele a ocidente, o último a norte. O traçado da linha do Norte afastou a via férrea da cidade, obrigando à construção de um ramal para o serviço urbano, ramal que veio a ser afinal o primeiro troço da linha da Lousã.

² Como a ponte manuelina era estreita e muito comprida (pouco menos do que o dobro da ponte nossa contemporânea), tinha, a um terço andado da margem esquerda, uma dilatação circular — o famoso O — que permitia o cruzamento dos carros; de lá partiam duas rampas para o rio, uma a montante, outra a jusante.

O desenho de Pedro Baldi (Fig. 6) e o plano de Coimbra no séc. XIX (Fig. 7) permitem a visão gráfica do tão celebrado O.

levarão as mercadorias de mimo e utilitárias proporcionadas pelo comércio cidadão.

E a suprir as deficiências dos traçados ferroviários, as *deligências* rolam, cá e lá, *estrada da Beira* fora, a trazer e a levar quantos se destinam a regiões não servidas pela via férrea da Beira Alta, aberta à exploração em 1880.

No correr do tempo, o séc. XIX aproximava-se do fim. No decurso dos seus dois primeiros terços, haviam sido realizados alguns arranjos urbanísticos, mormente na zona chã: fora ampliado o largo da Portagem, ampliado o Cais, alargada a rua de Coruche (hoje, de Visconde da Luz). E a dar clara prova de bom gosto, usando de cantarias e grades harmoniosamente conjugadas, fizera-se a elegante e sóbria vedação do Jardim Botânico. Entretanto, um pequeno bairro — o de S. José — crescera lentamente, encostado à cerca do Seminário, assim como rente ao aqueduto se formara o modesto casario de S. Sebastião. Além-rio, o bairro de Santa Clara, que se desenvolvera à sombra dos conventos, evoluía paulatinamente. Na velha Almedina, o Hospital da Universidade acabara por ser instalado no colégio das Artes — onde se encontra — e no mesmo edifício se dera lugar ao liceu, mais tarde transferido para o colégio de S. Bento. E na horta do Mosteiro de Santa Cruz fora inaugurado o mercado de D. Pedro V (Março de 1867).

A cidade continuava obstinadamente agarrada ao velho chão urbano. E só nas derradeiras décadas da centúria — quando, graças à tenaz iniciativa do dr. Lourenço de Almeida Azevedo, se projectou a urbanização da área onde seria rasgada a avenida de Sá da Bandeira e construído o bairro novo de Santa Cruz —, só então foi desencadeado o desenvolvimento da cidade moderna.

E apesar disso, ao findar do século, a área da cidade era sensivelmente aquela do 1.º quartel; em contrapartida, fora notável o crescimento demográfico no último terço da centúria: o aglomerado urbano contava 12 727 almas em 1864, atingira a cifra de 18 144 habitantes em 1900, ou seja um aumento de 42,5% em 36 anos.

*

Desponta o séc. XX...

A seiva renovada da circulação geral fremia, trazendo à cidade a sugestão aliciante de outros horizontes que a velocidade dos meios de transporte torna mais próximos... E no recinto urbano — essa colmeia apinhada cuja insuficiência de área é suprida por casas de quatro e cinco sobrados — não tardará que, seguindo-se aos *carros americanos*, comecem a passar trepi-

dantes os carros de tracção eléctrica (1911). E este acontecimento é igualmente repleto de consequências.

No propósito de servir os lugares suburbanos — Calhabé, Celas, Olivais — a viação eléctrica assentou seus carris no primeiro troço da *Estrada da Beira* e também ao longo de velhos caminhos vicinais que, floridos de madressilva a uma e outra berma, mal tinham a largura dos carros. E essas linhas, nervos vibrantes que transmitem à periferia o frémito do centro, atraem ao seu percurso novas moradias; condicionam prolongamentos tentaculares da cidade ao encontro daqueles núcleos arrabaldinos, que finalmente, quando mal iam passadas duas escassas dezenas de anos, vieram a ser incluídos no perímetro urbano. Paralelamente, as encostas de Montarroio, a nesga planáltica de Montes Claros e sua vertente meridional cobriram-se a pouco e pouco de casas.

Entretanto, o comércio encontrara ritmo mais vivo, crescidas em número e volume as transacções. Subira, e muito, a actividade industrial da cidade — e a par das modestas instalações de algumas indústrias tradicionais (olarias, doces, marcenaria, canteiros, ferro forjado e batido), laboram fábricas de tecelagem, de malhas, de panificação e massas alimentícias, de cerveja, de serração, de curtumes, de porcelanas e materiais cerâmicos de construção civil, assim como prospera a indústria tipográfica.

E — nota a sublinhar — esta cadência acelerada de progresso verifica-se apesar das perturbações políticas internas (mudança de regime, incursões monárquicas), da guerra de 1914-18, da crise económica de 1929-30.

Antes que findasse o 1.º quartel do século, a cidade passara a dispor de luz eléctrica. E em anseios de aformoseamento e modernização, não tardaria que trocasse o velho *Jardim do Cais*, tradicional curso das tardes domingueiras, por esse mimoso *Parque da Cidade*, acabado de traçar no aro da ínsua dos Bentos. E, volvidos poucos anos, veria com agrado o arranjo urbanístico do rústico *Penedo da Saudade*, nostálgico mirante das lonjuras serranas.

Em 1930, a área de Coimbra tinha duplicado; crescera a população para 27 333 habitantes, ou seja um aumento demográfico de 50,6% ao fim das primeiras décadas da centúria.

Neste meio-tempo generalizava-se o uso de veículos a motor de explosão. E na sequência, servido o tráfego por automóveis e camionagem, a estrada em concorrência com a via férrea, Coimbra — *terminus* ou cabeça de carreiras que tracejam a região central do país e também passagem obrigatória da circulação norte-sul — encontrou nessas circunstâncias mais alentos de progresso.

E apesar das perturbações consequentes da crise económica de 1929-30, apesar dos reflexos desfavoráveis da 2.ª Guerra Mundial, a cidade continua



FIG. 12 — Coimbra: Vista aérea do labiríntico arruado da *Alta*, coroado pelos edifícios da Universidade.

Extraído de Orlando Ribeiro, *Le Portugal Central*.

a crescer nos lustros que vão de 1930 a 1950. Em algum período será mais acelerada a cadência, noutra mais cautelosas as iniciativas — mas, sempre, os anos rodando e a cidade crescendo.

A rede de transportes urbanos lançara novas linhas — Cumiada, Montes Claros, Combatentes —, e esse facto veio condicionar maior alargamento da área urbanizada.

A Cumiada cobrir-se-á de moradias modernas; e na sua vertente ocidental, derrotados os olivais e vinhedos que a vestiam, as ruas de traçado recente de todo apagaram os vestígios da velha *estrada de Celas* e da romântica *azinhaga dos Namorados*. Cedendo lugar às perspectivas citadinas, a bucólica sugestão rural das pequenas quintarolas foi a pouco e pouco desvanecida...

E nas Sete-Fontes, e no Arnado, e na chã do Calhabé, e na Lomba da Arregaça, e na Conchada e além-rio — por toda a parte alastra progressivamente o arranjo urbanístico, surgem como por mágica novas construções. Aqui blocos residenciais, além bairros económicos, acolá instalações industriais — tudo isso a significar afinal o crescimento da cidade. E na coroa da velha *Alta*, lá onde se ergueram soberbos o *Castelo* e a *Alcáçova*, desaparecidos vão os típicos arruados, esboçadas já as perspectivas da Cidade Universitária.

Em 1950, a área da cidade mais do que triplicara a superfície urbana do alvorecer do século, e a população orçaria pelos 45 000 habitantes. E durante os dois primeiros quartéis do centénio, a intensa actividade comercial e industrial, que vinha a delinear-se desde os fins do século anterior, passara a contar decisivamente na estruturação económica da vida urbana, muito embora continue a ser significativa a permanência da Universidade e seja valioso o contributo da agricultura regional.

*

Ano de 1951. Começada vai a 2.^a metade da Vigésima Centúria. Quase dois milénios passaram desde que o naturalista Plínio se referiu ao *oppidum Aeminium*.

E Coimbra... Ei-la aí está — «é uma linda cidade, cheia de sentido nacional. Não há nenhuma mais bela no país, e muito do que a Pátria fez de bom e de mau fê-lo aqui, ou teve aqui a sua génese»¹. E é linda, sim. Alcandorada nas colinas e nesgas planálticas (*Alta, Montes Claros, Olivais*,

¹ Miguel Torga, *Portugal*, Coimbra, 1950, pág. 83.

Cumiada), descendo nas encostas (*Celas, Montarroio, S. Jerónimo*), espreado-se nas chãs (*Baixa, Arnado, Calhabé*), não será de perturbadora beleza, mas tem uma graça aliciante, um misterioso encanto — graça e encanto que fluem da subtil conexão de influências telúricas e humanas. E há no conjunto urbano uma suave sedução, que lhe vem do movimento topográfico, da pitoresca junção de velhos núcleos arrabaldinos à traça moderna dos bairros novos, dos muitos jardins intercalados na massa do casario, do prestígio das pedras lavradas, das flores que há por todos os recantos — e tudo sob a luz maravilhosa do sol aberto ou envolto na esgarçada cortina de névoas matinais que despegam do Mondego.

Diversas situações topográficas, a força da tradição, a génese tardia — eis aí o que no aglomerado citadino diferencia as zonas urbanas, cada bairro a guardar, ou a criar, feição própria na linha geral da fisionomia coimbrã. O núcleo de *Celas* conserva, atenuado, um ar do casario rústico desenvolvido à sombra do Mosteiro de Santa Maria (séc. XIII) e tem na *fonte de El-Rei* (séc. XVIII) outra curiosa sugestão do seu passado. Os bairros novos — *Cumiada, Montes Claros, Penedo da Saudade* e outros — abrem aqui e além belas perspectivas modernas, oferecem excelentes miradouros dos longes da paisagem; e, porque lá a cidade topa de súbito com domínios agrícolas — a ambiência rural como que penetrando a urbe —, são, nas chapadas soalheiras, tranquilos bairros residenciais. O núcleo dos *Olivais* introduz uma nota suburbana de evocação setecentista, um tudo nada esbatida mas que dá tom e fica bem no mosaico citadino. E a contrastar, lá está, no descair da Lomba da Arregaça, o plano geométrico de moderno bairro económico, perdido o pitoresco na fria uniformidade das moradias.

Na zona chã rente ao rio, a *Baixa*, de estreitas e tortuosas ruas, conjugada com o *Arnado*, de artérias largas e traçadas a tira-linhas, não deixou de ser uma colmeia apinhada e é a sede eleita das actividades comercial e industrial, ou não fosse lá que tracejam suas directrizes as vias da circulação geral. Lá está situada a estação de caminhos de ferro, lá convergem as estradas de todos os quadrantes e — da Portagem ao terreiro de Santa Cruz, de Santa Cruz a Fora-de-Portas além — a principal artéria urbana da cidade coincide com um troço da primeira estrada do país. E é nessa *Baixa* que palpita fremente a maior força da actividade económica urbana; e lá se levantam, a ressaltar a mediocridade arquitectónica da construção civil, as cantarias lavradas de templos e colégios e palácios — e é lá que, sob a nave austera de Santa Cruz, Afonso Henriques dorme o último sono na terra sagrada da sua capital.

E é ainda nessa *Baixa*, formigando de gente, que num tramo da estrada-rua concorrem ao fim da tarde quantos regressam do trabalho ou de seus

labores intelectuais, quem vem a passeio ou a fazer compras e também todos aqueles que, cientes da velha toada — «*as meninas de Coimbra vão da Alta para a Baixa*» —, por ali ficam encostados a olhar o desfile — e tudo afinal porque, tal como na Coimbra quincentista, a *Calçada* continua sendo «a rua faustosa dos mercadores ricos da última moda, das profissões liberais, miradouro chão da palestra vespertina desenfastiada, curso limitado da ostentação sistemática»¹.

Mas talvez seja na *Alta*, nessa vetusta *Almedina*, no *sítio* mesmo da cidade, que se guarda a fisionomia mais castiça, de mais fascinadora evocação — e não apenas por albergar a Universidade e os estudantes, mas sim porque lança mais fundas raízes na tessitura do passado. As gerações, as instituições e as épocas foram deixando a esmo testemunhos de si, num pitoresco todo de remendos, mas sem perturbar a essência íntima do bairro — e de súbito, ao dobrar de uma esquina, surgem as pedras lavradas de um solar do renascimento, a soberba fábrica românica da Sé Velha, a traça de uma casa seiscentista, a nobreza clássica da Sé Nova, um pormenor quincentista, a elegante varanda do Paço do Bispo, o mistério de um arco, uns ferros setecentistas, um *registo* de azulejos, a perspectiva do Paço das Escolas...

Ruelas estreitas e que, inesperadamente, mais se estrangulam, e logo aumentam de largura, angulosas e desalinhas: e, ao longo delas, vibra o pregão dos vendedores ambulantes e abrem oficinas do artesanato doméstico ou as moradias dos escolares. Nos largos e ruas inundadas de sol, enxames de garotos, sumariamente vestidos, brincam descuidados; e cingidas pelo casario, íngremes rampas calcetadas de seixo ou lanços de escadaria, os degraus de calcário gastos pelo uso, vencem o áspero declive das rápidas vertentes.

Tudo isso compõe, sob o céu azul e a luz doirada, um cenário evocador das cidades que a civilização mediterrânea fez nascer — e tanto que ali nos *Palácios Confusos* o dédalo de ruelas e escadinhas, as casas avançando sobre o alinhamento e os recantos e os becos sugerem o labiríntico arruado da *casbah* berbere. E assim esta feiticeira *Alta* — *precipitado geográfico* de tantas gerações — conduz-nos irresistivelmente à remota *Aeminium*, faz-nos considerar a *Medina Colimria*. Mas, se poderosamente evocadora, a velha *Almedina* criou todavia a sua castiça e bem peculiar fisionomia coimbrã.

¹ Vergílio Correia, *Coimbra Joanina*, já cit., pág. 327.

Da Coimbra moderna dá Orlando Ribeiro (*Le Portugal Central*, Lisbonne, 1949, págs. 163-170), uma breve mas justa visão.

*

Pequeno sítio castrejo à chegada do Romano, como vai crescida a cidade quando entra a 2.^a metade da Vigésima Centúria! Cidade de chãs e alturas; cidade antiga e bem actual — os velhos bairros modernizando-se, os bairros novos ganhando prestes a pátina local. E linda — «florida terra, leda, fresca e serena», diria Luís Vaz. E complexa na trama — una em seus anseios de progresso, dual na topografia, compósita no acomodar de actividades e moradores. Prestigiosas cantarias lavradas e airosas construções modernas ao lado da banal mediocridade arquitectónica; perspectivas incaracterísticas alternando com o mais pitoresco recanto — e as tardes soalheiras, ou o mistério das noites enluaradas, ou os horizontes de bruma concorrendo para dar a Coimbra aquele suave lirismo que a fada terra de amor, de poesia e de lendas.

E se de qualquer miradouro nos quedarmos a contemplá-la de olhos enamorados — que não será fácil fugir-lhe à sedução —, saibamos reconhecer-lhe as excelências do *sítio* e da *posição*, mas prestemos rendida homenagem aos homens que souberam escolher e, no fluir das gerações, valorizar essas relevantes condições naturais.

Celas — Coimbra,
Agosto, 1951.

ALFREDO FERNANDES MARTINS